

António Duarte Santos

**A legislação sobre Habitação em Portugal
e os objectivos dos Governos (1986-2001)**

**Departamento de Ciências Económicas e
Empresarias**

**CARS, Centro de Análise Económica da Regulação
Social**

Universidade Autónoma de Lisboa

Ficha técnica

Título – Legislação sobre habitação em Portugal e os objectivos programáticos dos Governos (1986-2001)

Autor – António Duarte Santos*

Editora – EdiUAL, Universidade Autónoma Editora

Propriedade: Cooperativa de Ensino Universitário

NIF: 501641238

Rua de Santa Marta, 56,

1169-023 Lisboa

T. 213 177 640 | ediual@autonoma.pt

Ano – 2015

ISBN - 978-989-8191-68-7

SANTOS, António Duarte, *Legislação sobre habitação em Portugal e os objectivos programáticos dos Governos (1986-2001)*. Lisboa: EDIUAL, 2015.

Disponível em <http://hdl.handle.net/11144/1897>

1. Habitação. 2. Legislação. 3. Política habitacional. 4. Portugal.

I. Santos, António Duarte. II. Título

CDU 351.77

*DeGóis - <http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=8893834052161185>

ORCID ID - orcid.org/0000-0002-2773-1829

Sumário

Nota do Editor	3
Palavras prévias	4
Introdução	5
1. Envolvente da legislação	6
2. O relevo económico e social da Habitação	8
3. A extensão da legislação	11
4. Principal legislação sobre Habitação entre 1986 e 2001	15
Bibliografia	85

Nota do Editor

O título que agora se publica contém um conjunto apreciável de informação que consubstancia uma ferramenta útil e profícua.

António Duarte Santos oferece um enunciado de legislação sobre esta tão delicada matéria - a habitação - de interesse estrutural a todo o cidadão, e mais particular ainda para todos os que investigam e pretendem conhecer as suas dinâmicas em Portugal.

A reunião de registos dos mais variados diplomas legais perfaz um instrumento de trabalho que permite conhecer a evolução da regulação das práticas por parte dos Governos, entre 1986 e 2001, período que corresponde à nossa presença na União Europeia no século XX.

Só podemos construir um futuro sólido se nos apoiarmos num conhecimento do passado e das realidades que nele existiram, realidades essas que, de uma forma ou outra, nos trouxeram ao momento presente.

Ciente disto, o investigador do CARS, Centro de Análise Económica da Regulação Social e docente do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, partilha agora alguma da sua investigação inicial, a que actualmente dá continuidade na linha de investigação Economia Pública, Políticas Públicas e Habitação, e que a EdiUAL, Universidade Autónoma Editora, apoia e tem todo o gosto em publicar.

Madalena Romão Mira

Palavras prévias

De forma despreocupada e com sentido de missão cívica, disponibilizamo-nos facultar à Biblioteca dos Ministérios que tutelaram o sector da Habitação, o levantamento legislativo regulador da disciplina da habitação em Portugal por nós efectuado, abarcando o período de tempo que vai desde a entrada do nosso País na União Europeia em 1986 até 1993, ano a partir do qual já se encontrava informatizada na Biblioteca dos Ministérios toda a legislação directamente conexas a este sector.

Esta colaboração com a Administração Pública foi um acto de cidadania que pretendemos registar. O referido levantamento da principal legislação no domínio da habitação entre 1986 e 2001, fruto desta colaboração, encontra-se no último ponto deste escrito.

Quanto às tutelas do sector da Habitação neste período temporal, merece uma palavra de apreço a Directora da Biblioteca, Dra. Joana Luz. A sua disponibilidade e prestação de informações, sobretudo a nível legislativo e metodológico, foram de grande importância para a eficácia e realização do trabalho de levantamento agora apresentado e completado.

António Duarte Santos

Introdução

Este documento tem como objectivo verificar e elencar as iniciativas normativas que pretenderam satisfazer as necessidades habitacionais.

A principal regulação do financiamento à procura de habitação iniciou-se no ano da adesão de Portugal à hoje designada União Europeia, com o começo do processo de desregulamentação e desintermediação bancária. Surgiu a generalização da concessão de crédito à habitação por todas as instituições financeiras. Foram criados os regimes de crédito à habitação, a saber, o Regime Geral de Crédito, o Regime Bonificado e o Regime Bonificado Jovem. Outras medidas legislativas foram os instrumentos relacionados com a poupança-prévia: as contas poupança-emigrante e as contas poupança-habitação através de benefícios fiscais.

Outros ditames normativos dos vários Governos incidiram sobre o arrendamento, desde as suas condicionantes históricas até à principal medida tomada nesta matéria: a criação do Regime do Arrendamento Urbano (RAU).

Procedemos a uma breve consideração sobre a tipologia dos preceitos normativos dos Governos utilizados na execução da política habitacional, medidas essas que foram definidas para colmatar o défice habitacional português desde a adesão à União Europeia até 2001.

1. A envolvente da legislação

Pelo facto do sistema político e de Governo considerar a formulação das políticas de habitação, estão a ser apreciadas decisões e orientações políticas que determinam não só maior ou menor ênfase numa ou noutra das componentes do sistema habitacional, como firmam também a escolha dos métodos de implementação e monitorização dessas políticas habitacionais.

A integração de Portugal na União Europeia foi um marco decisivo na história económica e social recente do País, pelos efeitos multiplicadores que gerou a nível estrutural e transversal à sociedade portuguesa.

O sector da habitação nunca fez parte das competências comunitárias e foi sempre considerada como um problema de política nacional. Dentro do princípio da subsidiariedade não existe qualquer competência e responsabilidade da União Europeia no domínio da habitação. Não há apoios directos comunitários para o sector habitacional (COUTINHO, 1997:61). Mesmo depois da assinatura do Tratado de Maastricht, em Dezembro de 1991, a política de habitação permaneceu no âmbito da responsabilidade de cada Estado-membro (PRIEMUS *et al.*, 1999:629).

A abertura de fronteiras e consequente livre circulação de pessoas e bens, serviços e capitais fez com que, a partir de então, se registasse um forte crescimento do Produto Interno Bruto, do investimento e do consumo e se assistisse, consequentemente, a uma alteração da estrutura das despesas dos agregados familiares.

A estrutura produtiva do País também exteriorizou, por seu lado, transformações, sendo de salientar a diminuição significativa do sector primário no conjunto dos sectores produtivos e o aumento das actividades terciárias, nomeadamente, Banca e Seguros.

A acompanhar esta evolução acentuaram-se os movimentos migratórios em geral, rumo às duas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e rumo ao litoral em particular, sem que aparentemente se tenham encontrado soluções para os problemas decorrentes do índice de urbanização e, por inerência, das problemáticas económicas e sociais contíguas.

A delimitação do final do período de análise definido neste trabalho pretendeu estabelecer um certo distanciamento analítico para com a realidade. Esta opção permitiu-nos uma ponderação e apresentação temporalmente mais distantes da evolução da legislação das políticas de habitação seguidas ao longo deste tempo.

2. O relevo económico e social da Habitação

Tal como noutras políticas sociais, a política de habitação reflecte as opções ideológicas de quem governa ou, como referiu Nesslein (1983:604), *“the optimal economic organization of the housing sector has long been a policy question generating extreme ideological controversy”*.

Enquanto elemento da política social, a habitação é entendida como um meio de eliminar a pobreza, maximizar o bem-estar das famílias e garantir a equidade social e o acesso à habitação.

A preocupação dos vários Governos consistiu na implementação de um conjunto de medidas com o objectivo último de combater o défice habitacional quantitativo então existente.

Na sua base estiveram a adopção de actos legislativos no sentido de promover a habitação por meio da dinamização do mercado e a definição de instrumentos de política de habitação vocacionados para a erradicação de barracas, de que o Plano Especial de Realojamento foi o expoente normativo máximo.

Este Plano destinou-se inicialmente apenas às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, onde o problema da habitação, e em particular na vertente das barracas, era particularmente preocupante.

O acesso à habitação é um direito social, constitucionalmente reconhecido, e para o assegurar tornou-se necessária a edificação de uma política capaz de facilitar o acesso ao bem habitação a todos, fosse pela via da aquisição, do arrendamento ou, até, da cedência.

Neste sentido, é importante considerar e reflectir sobre as vantagens inerentes à intervenção do Estado na promoção deste bem essencial, sobre as suas formas de actuação e sobre os seus resultados.

Em sentido lato, a política de habitação tem basicamente dois grandes domínios de actuação: um tem a ver com o planeamento e ordenamento do território e o outro com a promoção e afectação de habitação, sendo esta abordagem da provisão de habitação a que nos dedicaremos neste trabalho. No período de 1986 a 1993, o Estado começou a assumir um papel mais activo no sector da habitação, legislando no sentido de promover a aquisição e construção de casa própria e no intuito de dinamizar os sectores privado e cooperativo na promoção habitacional.

A partir dos primeiros anos da década de noventa, e até ao início do novo século, acresceram a estas orientações da política habitacional preocupações mais de natureza social, tendo sido alargados os programas de realojamento nas zonas urbanas, apoiando-se o arrendamento e estimulando-se a recuperação de imóveis habitacionais degradados.

Pretendemos, assim, elaborar um universo de legislação composto pelas medidas adoptadas em termos da estrutura normativa da intervenção estatal.

Na sequência do objectivo nacional de adesão à moeda única europeia, esse facto provocou a descida sustentada das taxas de juro, principalmente a partir de 1997. O comportamento desta variável foi decisivo quanto aos estímulos que criou sobre a procura de habitação.

No entanto, outras medidas foram adoptadas no sentido de abranger o mais possível todas as franjas da população e as suas necessidades de alojamento. Por exemplo, a crescente importância do crédito à habitação permitiu a aproximação que Portugal fez nesta matéria e de um modo extremamente rápido à média europeia e no combate à atenuação do défice habitacional.

Tal foi o resultado de modificações que ocorreram pelo lado da oferta. A década de noventa foi marcada pela eliminação de vários constrangimentos à oferta de crédito e pelo processo de convergência real necessário à participação do País na moeda única europeia.

Como consequência, a oferta de crédito à habitação cresceu significativamente e as taxas de juro registaram uma importante trajectória de descida. Daí resultou uma maior acessibilidade das famílias portuguesas ao crédito bancário.

3. A extensão da legislação

Entre 1986 e 2001, a legislação que enquadrava os regimes de crédito à habitação sofreu várias alterações, essencialmente relacionadas com os montantes e as bonificações de juros, ao mesmo tempo que foram sendo introduzidas alterações e adaptações de natureza essencialmente fiscal. O aspecto fiscal e a poupança prévia passaram a ser importantes instrumentos dinamizadores da promoção imobiliária para habitação própria permanente. Assim, a grande expansão do crédito à habitação nos anos noventa do século XX terá sido, em larga medida, uma resposta racional dos agentes económicos às alterações favoráveis das condições de financiamento, tanto para os Bancos como para os agregados familiares e para a indústria da construção civil.

A promoção de habitação social foi outro objectivo que a política de habitação não descurou. A promoção social de habitação é entendida como sendo a habitação de custos controlados promovida por entidades públicas, cooperativas e privadas, inclusivamente a resultante de contratos de desenvolvimento para habitação.

Os custos de construção e os preços de venda máximos para estas habitações foram anualmente definidos por Portaria, e tinham de ser rigorosamente respeitados pelos seus promotores.

As habitações assim produzidas dirigiram-se a um segmento muito específico da população: as famílias insolventes ou com fraca solvência que, de outra forma, não conseguiriam satisfazer as suas necessidades habitacionais básicas.

Foi também reconhecida na política de habitação a importância da coexistência dos três sectores de promoção habitacional: o público, o

privado e o cooperativo, distinguindo-se uns dos outros pelos diferentes segmentos de mercado-alvo.

No sector público, a promoção de habitação foi dirigida aos estratos insolventes ou de reduzida solvência.

O sector privado teve como alvo os estratos populacionais de rendimentos médios e elevados ou, no âmbito da promoção de habitação social, os estratos de rendimentos inferiores.

O sector cooperativo dirigiu-se aos estratos de rendimentos médios ou baixos quando inseridos na promoção de habitação social.

No entanto, o objectivo inerente ao funcionamento dos vários sectores de promoção de habitação foi o alargamento dos segmentos de mercado de cada sector, por forma a possibilitar o desenvolvimento da oferta e de uma maior concorrência na satisfação das necessidades da procura, o que, como princípio, foi salutar num sector que se pretendeu concorrencial pelos vários Governos.

As tentativas de dinamização do mercado de arrendamento foram outro objectivo da política de habitação neste período de tempo. Podem distinguir-se dois segmentos de mercado: o da habitação social (de custos controlados) e o das restantes habitações do mercado livre.

Também o arrendamento de habitação social foi promovido pelos sectores público, privado e cooperativo.

Quanto ao mercado livre, destacamos três medidas de incentivo a esta actividade: a criação de um subsídio de renda¹, a revisão do Regime de Arrendamento Urbano² e a publicação de um novo regime de apoio aos jovens arrendatários³.

¹ Decreto-Lei 68/86, de 27 de Março, que criou três tipos de regime de renda: geral, especial e especial para arrendatários deficientes.

² Decreto-Lei 321-B/90, de 15 de Outubro, depois alterado pelo Decreto-Lei 178/93, de 10 de Agosto.

³ Decreto-Lei 162/92, de 5 de Agosto, que criou o Incentivo ao Arrendamento por Jovens (IAJ).

No domínio da reabilitação de imóveis habitacionais degradados, foi revisto o Programa de Recuperação de Imóveis Degradados, instituído em 1986 pelo Decreto-Lei 36/86, de 3 de Março, e complementado pelo Decreto-Lei 382/89, de 6 de Novembro, nomeadamente no que se referia às condições de financiamento do programa.

O objectivo era não só a melhoria do parque habitacional, mas também contribuir para a revitalização dos centros históricos urbanos e das suas actividades económicas.

A promoção de poupança prévia como forma de assegurar o investimento em habitação não fazia parte das preocupações da política habitacional até à segunda metade da década de oitenta.

Em 1986 foi estabelecido um novo regime de contas de depósito, as chamadas contas poupança-habitação, com o intuito de fomentar a poupança das famílias para a habitação própria através da isenção do imposto de capitais sobre os juros.

Esta medida produziu efeitos, tendo assumido importância e valores crescentes ao longo da década de noventa.

Neste trabalho, procuramos constituir o processo de afirmação das acções reguladoras dos vários Governos no domínio da habitação, de modo a clarificar a fórmula política encontrada em matéria legislativa para dar resposta às carências habitacionais portuguesas.

Neste sentido, a política de habitação seguida ao longo do período em análise implicou consequências de dimensão económica e social, as quais abarcaram efeitos sobre variáveis tão importantes como a mobilidade do mercado de trabalho, os preços dos imóveis, a procura dos seus produtos e serviços associados, os rendimentos das famílias, o Orçamento de Estado e a organização do sector da construção civil.

Daí que tenha também estado subjacente à política de habitação a sua coordenação com a política macroeconómica e com a política social nas suas diversas vertentes⁴.

Foi com assento nestas abordagens e efeitos que tentamos sistematizar o que foi legislado durante este período de tempo analisado.

No domínio da política de habitação em Portugal podemos dizer que se adoptou, ao longo deste período, uma forma reguladora e tendencialmente descentralizada dos aspectos relativos às matérias habitacionais.

Constatamos que a política de promoção imobiliária para habitação própria foi a vertente mais importante da política de habitação para qualquer dos Governos responsáveis pela sua execução.

A construção de habitação foi fundamentalmente direccionada para a venda, dada a fraca expressão do mercado do arrendamento, embora tenha constituído a solução habitacional sobretudo para as famílias mais solventes. As necessidades e procura de habitação, o sistema habitacional, o conceito de habitação e a noção de regulação do sector habitacional são objectivos da regulação. Esta toma em consideração os critérios da eficiência e da equidade, tal como os objectivos referentes aos critérios de ordem política e de ordem social⁵.

⁴Como afirmaram Cohen *et al.* (1999:27), “a política social tem como princípio orientador, inalienável, a procura da equidade”. A equidade implica a satisfação das necessidades básicas da população, tendo assumido a habitação um carácter prioritário em Portugal. Ainda segundo estes autores, o critério a considerar não pode ser a dramaticidade, mas sim a generalidade do problema. Para os autores, existe um limite politicamente definido: a decisão sobre as áreas ou sectores aos quais se destinarão os recursos. Tal decisão, em última instância, inspirada ou não na equidade, deverá ser sempre orientada no sentido de assegurar a continuidade da sociedade.

⁵ Harsman et al. (1991), quanto à avaliação do desempenho das políticas de habitação.

4. Principal legislação sobre habitação - 1986 e 2001

Decreto Regulamentar nº 1/86 de 2 de Janeiro / MFP – SEO.

In: Diário da República: Série I; nº1. 2 Jan, 86, p.3.

Constituição das comissões de avaliação de prédios urbanos e dos respectivos recursos.

Decreto-Lei nº 13/86 de 23 de Janeiro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 19. 23 Jan. 86, p. 240.

Alterações ao contrato de arrendamento para habitação, à formula de cálculo do valor actualizado dos fogos, e à forma de consideração da depreciação do fogo no cálculo da renda. Ampliação da possibilidade de recurso da fixação da renda.

Decreto-Lei nº 20-B/86 de 13 de Fevereiro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 36. 2º Supl. 13 Fev. 86, p. 396-(5) a 396-(6).

Introduz alterações e amplia o regime de crédito à aquisição de casa para residência permanente dos jovens e casais jovens.

Decreto-Lei nº 34/86 de 3 de Março / MF

In: Diário da República: Série I; nº 51. 3 Mar. 86, p. 518.

Nova redacção do nº 3 do artigo 1º do Decreto-Lei nº 353-J/77, de 29 de Agosto, sobre as operações de crédito a longo prazo.

Decreto-Lei nº 35/86 de 3 de Março / MF

In: Diário da República: Série I; nº 51. 3 Mar. 86, p. 519.

Novo regime de contas de depósito denominadas “contas poupança-habitação”.

Decreto-Lei nº 36/86 de 3 de Março / SET.

In: Diário da República: Série I; nº 51. 3 Mar. 86, p. 522.

Novas modalidades de depósitos de disponibilidades nas instituições de crédito.

Decreto-Lei nº 68/86 de 27 de Março / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 72. 27 Mar. 86, p. 727.

O direito ao subsídio de renda. O regime geral, o subsídio especial para arrendatários deficientes e o subsídio especial de carência.

Portaria nº 120/86 de 1 de Abril / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 75. 1 Abr. 86, p. 750.

Dá nova redacção aos nºs 1º e 12º da Portaria nº 5/84, de 4 de Janeiro, que actualiza o sistema de crédito à aquisição de casa própria. Revoga a Portaria nº 124/85, de 2 de Março.

Portaria nº 219/86 de 15 de Maio / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 111. 15 Mai. 86, p. 1150.

Ajusta a regulamentação dos parâmetros gerais definidores do regime de crédito à aquisição de casa para residência permanente de jovens.

Decreto-Lei nº 98/86 de 17 de Maio / MF.

In: Diário da República: Série I; nº 113. 17 Mai. 86, p. 1161.

Assegura os meios necessários para a assunção pelo Estado dos encargos relativos à diferença entre os juros a cargo dos mutuários deficientes e os que em geral são imputados aos mutuários dos empréstimos para aquisição ou construção de habitação própria permanente.

Portaria nº 239/86 de 22 de Maio / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 117. 22 Mai. 86, p. 1246.

Dá nova redacção aos nºs 9º e 15º, nº 1, da Portaria nº 580/83, de 17 de Maio, que define o que se entende por habitação social. Revoga a Portaria nº 113/85, de 21 de Fevereiro.

Decreto-Lei nº 146/86 de 17 de Junho / MF.

In: Diário da República: Série I; nº 136. 17 Jun. 86, p. 1416.

Estabelece disposições que permitem desonerar o custo do registo das hipotecas sempre que os regimes de amortização praticados impliquem o aumento do saldo devedor dos respectivos empréstimos à habitação.

Decreto-Lei nº 189-C/86 de 15 de Julho / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 160, 2º Suplemento. 15 Jul. 86, p. 1718-(56).

Prorroga a vigência do Decreto-Lei nº 459/83, de 30 de Dezembro, até 30 de Setembro de 1986.

Portaria nº 373/86 de 21 de Julho / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 165. 21 Jul. 86, p. 1789.

Regulamenta a concessão de financiamento pelas instituições de crédito às Câmaras Municipais para o relançamento do programa para a recuperação de imóveis degradados (PRID) afectos a fins habitacionais. Revoga as Portarias nºs 1077/83, de 31 de Dezembro, 778/84, de 3 de Outubro e 889/84, de 5 de Dezembro.

Portaria 377/86 de 22 de Julho / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 116. 22 Jul. 86, p. 1803.

Dá nova redacção às alíneas b), d) e e) do nº 4 da Portaria nº 217/86, de 15 de Maio. Revoga a Portaria nº 218/86, de 15 de Maio.

Decreto-Lei nº 202-B/86 de 22 de Julho / MOPTC

In: Diário da República: Série I; 1º suplemento; nº 166. 22 Jul. 86, p. 1806-(2) a 1806-(6).

Aprova a Lei Orgânica do Instituto Nacional de Habitação (INH).

Portaria nº 489/86 de 4 de Setembro / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 203. 4 Jul. 86, p. 2430.

Altera as bonificações definidas no artigo 5º do Decreto-Lei nº 6/84, de 5 de Janeiro, e nos nºs 5º e 7º da Portaria nº 987-A/84, de 28 de Dezembro. Estabelece o processamento das bonificações através do Instituto Nacional de habitação.

Portaria 562-A/86 de 30 de Setembro / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; 3º Suplemento; nº 225. 30 Set. 86, p. 2810-(17) a 2810-(19).

Estabelece a fórmula de cálculo do valor das habitações que permite o acesso ao regime de crédito bonificado, a que se refere o nº 2 do artigo 8º do Decreto-Lei nº 328-B/86, de 30 de Setembro.

Decreto-Lei nº 328-B/86 de 30 de Setembro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; 3º Suplemento; nº 225. 30 Set. 86, p. 2810-(19) a 2810-(24).

Institui o novo regime de crédito à habitação própria.

Portaria 633/86 de 27 de Outubro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I, nº 248. 27 Out. 86, p. 3232.

Fixa o preço por metro quadrado de construção e de obras de beneficiação ou reparação para o ano civil de 1987.

Decreto-Lei nº 366/86 de 31 de Outubro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 252. 31 Out. 86, p. 3280.

Torna aplicável o regime de financiamento previsto no Decreto-Lei nº 110/85, de 17 de Abril, às Instituições Particulares de Solidariedade Social e às Instituições Públicas sem fins lucrativos, desde que os respectivos empréstimos se destinem à construção ou aquisição de habitações sociais para arrendamento. À atribuição de habitações construídas ou adquiridas por estas entidades é aplicável o Regulamento dos Concursos para Atribuição de Habitações Sociais.

Decreto-Lei nº 373/86 de 5 de Novembro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 255. 5 Nov. 86, p. 3312.

Criação da Auditoria Jurídica do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Decreto-Lei nº 383/86, de 15 de Novembro / MF.

In: Diário da República: Série I; nº 264. 15 Nov. 86, p. 3435-3436.

Determina a aplicação da taxa reduzida de IVA às empreitadas adjudicadas por cooperativas de construção de habitação.

Lei nº 1/87 de 6 de Janeiro / AR.

In: Diário da República: Série I; nº 4. 6 Jan. 87, p. 35.

Lei das Finanças Locais. Património e finanças próprios das freguesias, municípios e regiões administrativas.

Portaria nº 57/87 de 23 de Janeiro / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 19. 23 Jan. 87, p. 299-302.

Homologa o Regulamento Interno do Instituto Nacional de Habitação.

Portaria nº 65/87 de 29 de Janeiro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 24. 29 Jan. 87, p. 382.

Dá nova redacção aos nºs 9º e 15º, nº 1, da Portaria nº 580/83, de 17 de Maio, que define o que se entende por habitação social. Revoga a Portaria nº 239/86, de 22 de Maio.

Portaria nº 66/87 de 29 de Janeiro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 24. 29 Jan. 87, p. 382-383.

Define os custos de construção por metro quadrado para habitações construídas ao abrigo dos contratos de desenvolvimento para habitação (CDH).

Decreto Regulamentar nº 16/87 de 16 de Fevereiro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 39. 16 Fev. 87, p. 616.

Dá nova redacção aos artigos 1º, 2º e 3º de Decreto Regulamentar nº 79/85, de 2 de Dezembro, que regulamenta a tramitação do processo de atribuição e comercialização das habitações construídas no âmbito de contratos de desenvolvimento para habitação (CDH), previstos no Decreto-Lei nº 236/85, de 5 de Julho.

Decreto-Lei nº 88/87 de 26 de Fevereiro / MF, MJ, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 48. 26 Fev. 87, p. 844-858.

Criação do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE).

Portaria nº 153/87 de 5 de Março / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 53. 5 Mar. 87, p. 928.

Determina que o montante máximo de financiamento seja de 85% do valor de venda previsto no nº 1 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 236/85, de 5 de Julho.

Portaria nº 280/87 de 6 de Abril / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 80. 6 Abr. 87, p. 1383.

Define os custos de construção máximos por metro quadrado de área bruta para as habitações construídas ao abrigo dos contratos de desenvolvimento para habitação nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Decreto-Lei nº 198/87 de 30 de Abril / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 99. 30 Abr. 87, p. 1807-1808.

Dá nova redacção ao artigo 32º do Decreto-Lei nº 88/87, de 26 de Fevereiro, que criou o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE).

Portaria nº 362/87 de 2 de Maio / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 100. 2 Maio. 87, p. 1818-1821.

Regulamenta o novo sistema de crédito à aquisição de habitação. Revoga a Portaria nº 562-A/86, de 30 de Setembro.

Portaria nº 364/87 de 2 de Maio / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 100. 2 Mai. 87, p. 1831-1832.

Possibilidade, por decisão do INH, de alteração de preços máximos de venda, por tipologia e zonas, fixados anualmente por Portaria para a habitação de custos controlados de promoção cooperativa de construção e habitação.

Portaria nº 367/87 de 4 de Maio / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 101. 4 Maio. 87, p. 1838.

Financiamento intercalar por parte do INH à aquisição de terrenos para a concretização de programas de habitação a custos controlados (habitação social), promovidos quer por cooperativas quer por empresas privadas no âmbito de CDHs.

Decreto-Lei nº 226/87 de 6 de Junho / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 130. 6 Jun. 87, p. 2258.

Possibilidade de estabelecimento de acordos de colaboração entre o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), o Instituto Nacional de Habitação (INH) e os municípios onde esteja prevista a realização de programas de habitação social municipal para arrendamento destinados ao realojamento da população residente em barracas.

Despacho Normativo do Gabinete do Secretário de Estado de 12 de Junho de 1987 / SECH

In: Diário da República: Série II; nº 144. 26 Jun. 87, p. 7889-7890.

Define a concretização de acordos de colaboração específicos entre as Câmaras Municipais, o Instituto Nacional de Habitação e o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, quanto ao realojamento de população residente em barracas.

Portaria nº 623/87 de 18 de Julho / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 163. 18 Jul. 87, p. 2840-2841.

Define os custos de construção máximos por metro quadrado de área bruta para cada tipologia para as habitações construídas ao abrigo dos contratos de desenvolvimento para habitação.

Portaria 678/87 de 5 de Agosto / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 178. 5 Ago. 87, p. 3039.

Aprova o Regulamento das Competências das Divisões e das Secções Previstas na Estrutura do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE).

Portaria nº 816-A/87 de 30 de Setembro / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 225, suplemento. 30 Set. 87, p. 3688 (2).

Introduz alterações ao nº 3 da Portaria nº 362/87, de 2 de Maio, que regulamenta os regimes de crédito à habitação.

Portaria nº 847-B/87 de 31 de Outubro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 251, 2º suplemento. 31 Out. 87, p. 3862-(4).

Fixa os valores unitários por metro quadrado do preço da construção a que se refere o nº 1 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 13/86, de 23 de Janeiro, consoante as três zonas do País e para o ano de 1988.

Decreto-Lei nº 384/87 de 24 de Dezembro / MPAT.

In: Diário da República: Série I; nº 295. 24 Dez. 87, p. 4395.

Estabelece o regime de celebração de contratos-programa de natureza sectorial ou plurisectorial no âmbito da cooperação técnica e financeira entre a administração central e um ou mais municípios, associações de municípios ou empresas concessionárias destes que exerçam a sua actividade no sector da habitação social (e outros).

Decreto-Lei nº 410/87 de 31 de Dezembro / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 300, 4º suplemento. 31 Dez. 87, p. 4440-(232) – 4440-(233).

Procede ao enquadramento dos activos e passivos financeiros que ainda permanecem na Comissão Liquidatária do Fundo de Fomento da Habitação, com vista à sua efectiva extinção em 31 de Dezembro de 1987.

Portaria nº 14/88 de 7 de Janeiro / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 5. 7 Jan. 88, p. 43.

Enquadramento dos benefícios previstos no Decreto-Lei nº 459/83, de 30 de Dezembro. Parâmetros definidores daquele regime geral de crédito à aquisição de casa própria.

Decreto-Lei nº 4/88 de 14 de Janeiro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 11. 14 Jan. 88, p. 114.

Criação do Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA).

Portaria nº 48/88 de 25 de Janeiro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 20. 25 Jan. 88, p. 262.

Actualiza os valores dos parâmetros de enquadramento da habitação de custos controlados constantes da Portaria nº 65/87, de 29 de Janeiro, para vigorarem durante 1988. Revoga a Portaria nº 65/87, de 29 de Janeiro.

Portaria nº 52/88 de 26 de Janeiro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 21. 26 Jan. 88, p. 270.

Fixa os custos máximos de construção por metro quadrado de área bruta e os valores máximos de venda das habitações por tipologias dos contratos de desenvolvimento para habitação (CDH).

Portaria 159/88 de 15 de Março / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 62. 15 Mar. 88, p. 1063.

Estabelece que será fixada por comum acordo entre as cooperativas de construção e habitação e associações de moradores financiadas pelo ex-FFH a data a partir da qual se concretizará a opção pelo sistema de crédito instituído pelo Decreto-Lei nº 328-B/86, de 30 de Setembro.

Portaria nº 182/88 de 24 de Março / MF, MPAT, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 70. 24 Mar. 88, p. 1257.

Fixação do valor das comparticipações a fundo perdido a conceder pelas administrações central e local, segundo o valor das obras e o valor das rendas no âmbito do RECRIA.

Portaria nº 185/88 de 24 de Março / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 70. 24 Mar. 88, p. 1258.

Fixa o montante anual global das comparticipações a fundo perdido suportadas pela administração central a conceder pelo IGAPHE.

Decreto-Lei nº 105/88 de 30 de Março / MOPTC

In: Diário da República; Série I; nº 75. 30 Mar. 88, p. 13131.

Reforça o papel dos municípios na resolução dos problemas ligados à construção clandestina e ao crescimento ordenado do território, minorando os custos económicos decorrentes dos projectos de legalização definidos para essas áreas degradadas.

Portaria nº 248/88 de 22 de Abril / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 94. 22 Abr. 88, p. 1559-1560.

Dá nova redacção à alínea a) do nº 1 da Portaria nº 362/87, de 2 de Maio, e altera a tabela IV a que se refere a alínea b) do nº 4 da referida Portaria (regulamenta o novo sistema de crédito à aquisição de habitação e revoga a Portaria nº 562-A/86, de 30 de Setembro).

Decreto-Lei nº 141/88 de 22 de Abril / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 94. 22 Abr. 88, p. 1576.

Possibilidade de alienação dos fogos de habitação social e terrenos que sejam da propriedade do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS).

Aviso nº 3 de 5 de Maio / MF.

In: Diário da República: Série I; nº 104. 5 Mai. 88, p. 1898-(2)-1898-(3).

Fixa a taxa básica de desconto do Banco de Portugal. Fixa a taxa de juro das operações activas, incluindo os empréstimos concedidos ao abrigo das contas poupança-habitação. Aplicação às operações de crédito, aos depósitos e às obrigações indexadas.

Portaria nº 302/88 de 12 de Maio / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 110. 12 Maio 88, p. 1999.

Concessão de empréstimos por parte do INH para projectos de equipamento social integrados em empreendimentos de habitações a custos controlados de promoção cooperativa.

Decreto-Lei nº 225/88 de 28 de Junho / MOPTC

In: Diário da República: Série I; nº 147. 28 Jun. 88, p. 2637.

Decreta que as bonificações sobre a taxa de juro, previstas em várias Portarias que regulam as condições dos empréstimos, são suportadas pelo Estado. As verbas respeitantes às bonificações são reembolsadas ao Instituto Nacional de Habitação, bem como às Instituições Especiais de Crédito, após o vencimento das respectivas prestações e em condições a acordar.

Portaria nº 484/88 de 23 de Julho / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 169. 23 Jul. 88, p. 2980.

Fixa condições especiais para amortização de dívidas ao Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE).

Portaria nº 520/88 de 2 de Agosto / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 177. 2 Ago. 88, p. 3184-3185.

Actualiza os custos máximos de construção por metro quadrado de área bruta e dos valores máximos de venda das habitações por tipologias dos contratos de desenvolvimento para habitação (CDH).

Decreto-Lei nº 278/88 de 5 de Agosto / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 180. 5 Ago. 88, p. 3240.

Regulação da concessão de participações ao preço de venda de habitações sociais destinadas a agregados familiares de menores recursos integrados em operações municipais de realojamento.

Aviso nº 5 de 15 de Setembro / MF.

In: Diário da República: Série I; nº 214. 15 Set. 88, p. 3802-(2).

Suspende a aplicação da taxa estabelecida no nº 2, nº 1, do Aviso nº 3/88, publicado no suplemento ao Diário da República, 1ª série, nº 104, de 5 de Maio de 1988, salvo nas operações de crédito à habitação e empréstimos concedidos ao abrigo das contas poupança-habitação.

Portaria nº 582/88 de 23 de Agosto / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 194. 23 Ago. 88, p. 3495.

Fixa o preço de habitação por metro quadrado, por zonas do País, o preço de venda dos terrenos para programas de habitação social e o preço a pagar pelo IGAPHE ou pelo IGFSS, no âmbito do Decreto-Lei nº 141/88, de 22 de Abril.

Decreto-Lei nº 310/88 de 5 de Setembro / MPAT.

In: Diário da República: Série I; nº 205. 5 Set. 88, p. 3666-3668.

Define os termos de alienação das casas para famílias pobres construídas pelos municípios ao abrigo do Decreto-Lei nº 34486, de 6 de Abril de 1945, e atribuídas nos termos do Decreto-Lei nº 35106, de 6 de Novembro do mesmo ano.

Decreto-Lei nº 363/88 de 14 de Outubro / MPAT.

In: Diário da República: Série I; nº 238. 14 Out. 88, p. 4198.

Estabelece os critérios e o processo de concessão de subsídios e comparticipações do Estado às autarquias locais no âmbito da Lei das Finanças Locais.

Decreto-Lei nº 405/88 de 9 de Novembro / PCM.

In: Diário da República: Série I; nº 259. 9 Nov. 88, p. 4491.

Estende à Região Autónoma da Madeira o regime de alienação de fogos de habitação social estabelecido pelo Decreto-Lei nº 141/88, de 22 de Abril.

Decreto-Lei nº 460/88 de 14 de Dezembro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 287. 14 Dez. 88, p. 4917-4918.

Altera e clarifica os termos em que se processa quer a vinculação do INH, quer a fiscalização da sua actividade. Atribui a uma comissão de fiscalização a competência para acompanhar toda a actividade do INH.

Portaria nº 828/88 de 29 de Dezembro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 300. 29 Dez. 88, p. 5132-5133.

Define habitações a custos controlados (habitações sociais). Define as tipologias, áreas brutas de construção por metro quadrado e o preço de venda das habitações de acordo com as três zonas de localização dos imóveis.

Decreto Regulamentar nº 1/89 de 7 de Janeiro / MPAT.

In: Diário da República: Série I; nº 6. 7 Jan. 89, p.62.

Nomeações dos louvados que efectuam as avaliações de prédios urbanos para efeitos de julgamento de recurso. Um dos louvados nomeado pelo IGAPHE.

Decreto-Lei nº 39/89 de 1 de Fevereiro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 27. 1 Fev. 89, p. 413.

Regula a concessão de financiamentos ao abrigo de contratos de desenvolvimento para habitação (CDH).

Aviso de 18 de Março /MF.

In: Diário da República: Série I; nº 65. 18 Mar. 89, p. 1160-(3)-1160-(4).

Fixa a taxa básica de desconto do Banco de Portugal. A suspensão da aplicação da taxa estabelecida no nº 2º, nº 1, do Aviso nº 3/88, determinada pelo Aviso nº 5/88, publica no Diário da República, 1ª série, de 15 de Setembro de 1988, é alargada às operações de crédito à habitação e aos empréstimos ao abrigo das contas poupança-habitação.

Portaria nº 229-B/89 de 18 de Março / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 65. 18 Mar. 89, p. 1160-(5).

Revisão dos parâmetros de acesso e enquadramento no regime bonificado no que respeita ao valor das habitações, à progressividade anual das prestações e ao rendimento anual bruto corrigido.

Portaria nº 319/89 de 4 de Maio / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 102. 4 Mai. 89, p. 1817.

Estabelece os custos máximos de construção e os valores máximos de venda por metro quadrado de área bruta, por tipologias e zonas, das habitações promovidas ao abrigo do Decreto-Lei nº 236/85, de 5 de Julho, no âmbito de contratos de desenvolvimento para habitação (CDH).

Portaria nº 320/89 de 4 de Maio / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 102. 4 Mai. 89, p. 1817.

Estabelece as condições de financiamento ao equipamento complementar no âmbito dos contratos de desenvolvimento para habitação. Uniformiza o sistema em vigor para a promoção de habitação a custos controlados.

Decreto-Lei nº 149/89 de 8 de Maio / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 105. 8 Maio 89, p. 1843.

Adaptação das condições financeiras dos regimes de crédito anteriores aos instituídos pelo Decreto-Lei nº 328-B/86, de 30 de Setembro.

Decreto-Lei nº 215/89 de 1 de Julho / MF.

In. Diário da República: Série I; nº 149. 1 Jul. 89, p. 2578.

Aprova o Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Decreto-Lei nº 224/89 de 5 de Julho / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 152. 5 Jul. 89, p. 2685.

Alterações a artigos do Decreto-Lei nº 328-B/86, de 30 de Setembro, quanto ao prazo e às condições dos empréstimos. Redução em 50% do valor das taxas e emolumentos referentes a actos de registo e escrituras de fogos construídos ou financiados ao abrigo de programas de habitação a custos controlados (habitação social), nomeadamente com o apoio do INH.

Lei nº 24/89 de 1 de Agosto / AR.

In: Diário da República: Série I; nº 175. 1 Ago. 89, p. 2996.

Altera o artigo 1094^a do Código Civil.

Decreto-Lei nº 359/89 de 18 de Outubro / MF.

In: Diário da República: Série I; nº 240. 18 Out. 89, p. 4564.

Criação da «taxa de referência para o cálculo de bonificações».

Portaria de 30 de Outubro de 1989 / MF.

In: Diário da República: Série II; nº 279. 5 Dez. 89, p. 12054.

Fixa o valor da taxa de referência para o cálculo das bonificações suportadas pelo Orçamento de Estado.

Decreto-Lei nº 382/89 de 6 de Novembro / MF.

In: Diário da República: Série I; nº 255. 6 Nov. 89, p. 4878.

Novo regime das “contas poupança-habitação”.

Decreto-Lei nº 385/89 de 8 de Novembro /MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 257. 8 Nov. 89, p. 4895.

Definição das regras relativas à concessão de financiamento intercalar por parte do INH para a aquisição de terrenos e infra-estruturas para a concretização de programas de habitação a custos controlados.

Portaria nº 1034/89 de 28 de Novembro / MF, MPAT, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 274. 28 Nov. 89, p. 5172-5173.

Integra no património próprio do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) a propriedade de prédios rústicos e urbanos do Gabinete da Área de Sines (GAS) sitos no Centro Urbano de Santo André e Vila de Sines.

Decreto-Lei nº 419/89 de 30 de Novembro /MOPT.

In: Diário da República: Série I; nº 276. 30 Nov. 89, p. 5225.

Bonificação complementar nos empréstimos à construção de habitação a custos controlados para jovens a conceder às cooperativas de construção e habitação.

Decreto-Lei 420/89 de 30 de Novembro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 276. 30 Nov. 89, p. 5225.

Alteração à formula para a determinação e comparticipação a fundo perdido de obras de conservação e beneficiação no âmbito do RECRIA.

Decreto-Lei nº 426/89 de 6 de Dezembro / MAI, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 280. 6 Dez. 89, p. 5309.

Aprova as Medidas Cautelares de Segurança contra Riscos de Incêndio em Centros Urbanos Antigos.

Decreto-Lei 69/90 de 2 de Março / MPAT.

In: Diário da República: Série I; nº 51. 2 Mar. 90, p. 880-887.

Regula a elaboração, aprovação e ratificação dos planos municipais de ordenamento do território, designados abreviadamente por planos municipais, os quais compreendem: os planos directores municipais, os planos de urbanização e os planos de pormenor.

Portaria nº 239/90 de 2 de Abril / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 77. 2 Abr. 90, p. 1530.

Fixa o preço de habitação por metro quadrado, por zonas do País, o preço de venda dos terrenos para programas de habitação social e o preço a pagar pelo IGAPHE ou pelo IGFSS, no âmbito do Decreto-Lei nº 141/88, de 22 de Abril.

Decreto-Lei nº 172/90 de 30 de Maio / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 124. 30 Mai. 90, p. 2394-2395.

Altera do Decreto-Lei nº 141/88, de 22 de Abril, de modo a permitir a actualização, por Portaria conjunta dos Ministros das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de taxas à alienação de fogos de habitação e terrenos propriedade de diversos institutos públicos.

Decreto Legislativo Regional nº 16/90/A, de 8 de Agosto / ALR da RAA.

In: Diário da República: Série I; nº 182. 8 Ago. 90, p. 3255-3258.

Regulamenta o apoio à aquisição ou construção de casa própria.

Portaria nº 658/90 de 10 de Agosto / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 184. 10 Ago. 90, p. 3308.

Alteração de valor base de habitação para acesso ao sistema de crédito. Definição do modelo financeiro a utilizar no regime de prestações constantes bonificadas. Alargamento do escalão de rendimento no regime de prestações progressivas bonificadas.

Decreto-Lei nº 292/90 de 21 de Setembro / PCM.

In: Diário da República: Série I; nº 219. 21 Set. 90, p. 3900.

Alteração das condições de acesso ao regime de crédito jovem bonificado.

Decreto Lei nº 310/90 de 1 de Outubro /MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 227. 1 Out. 90, p. 4055.

Criação da Marca de Qualidade LNEC, aplicável à certificação de empreendimentos da construção. Estabelece as condições da sua concessão pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Decreto-Lei nº 321-B/90 de 15 de Outubro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 238. 15 Out. 90, p. 4286-(5) a 4286-(23).

Aprova o Regime do Arrendamento Urbano (RAU).

Portaria nº 1063/90 de 19 de Outubro / MOPTC.

In: Diário da Republica: Série I; nº 242. 19 Out. 90, p. 4330-4331.

Aprova as tabelas I,II e III, relativas à actualização de taxas à alienação de fogos de habitação e terrenos propriedade de diversos institutos públicos, a que se refere o Decreto-Lei nº 141/88, de 22 de Abril, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 172/90, de 30 de Maio.

Decreto-Lei nº 342/90 de 30 de Outubro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 251. 30 Out. 90, p. 4480.

Modifica o regime de alienação dos fogos de habitação social e terrenos do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. Altera o Decreto-Lei nº 141/88, de 22 de Abril.

Portaria nº 232/91 de 21 de Março / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B, nº 67. 21 Mar. 91, p.1518.

Fixa o preço de habitação por metro quadrado, por zonas do País, o preço de venda dos terrenos para programas de habitação social e o preço a pagar pelo IGAPHE ou pelo IGFSS, no âmbito do Decreto-Lei nº 141/88, de 22 de Abril.

Decreto-Lei nº 150-A/91 de 22 de Abril / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 93. 22 Abr. 91, p. 2280-(2).

Estende a outras instituições de crédito a possibilidade de poderem conceder apoio financeiro, bonificado, a programas de habitação a custos controlados.

Decreto-Lei nº 150-B/91 de 22 de Abril /MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 93. 22 Abr.91, p. 2280-(3).

Alterações ao Decreto-Lei nº 328-B/86, de 30 de Setembro, nomeadamente quanto às condições de acesso ao regime de crédito bonificado e à definição da periodicidade das prestações de reembolso e pagamento de juros.

Portaria nº 610/91 de 5 de Julho / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 152. 5 Jul. 91, p. 3480.

No regime de crédito bonificado, possibilidade dos mutuários poderem optar pelos seguintes sistemas de amortização: prestações progressivas, prestações constantes com bonificação constante, prestações constantes com bonificação decrescente.

Decreto-Lei nº 305/91 de 16 de Agosto / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 187. 16 Ago. 91, p. 4162-4163.

Altera o Decreto-Lei nº 202-B/86, de 22 de Julho (aprovou a Lei Orgânica do Instituto Nacional de Habitação).

Portaria nº 45/92 de 27 de Janeiro / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 22. 27 Jan. 92, p. 504.

Estabelece normas relativas à venda de fogos devolutos, por falta de candidatos ao concurso, a alienar nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei nº 141/88, de 22 de Abril.

Portaria nº 200/92 de 18 de Março / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 65. 18 Mar. 92, p. 1363.

Fixa o preço de habitação por metro quadrado, por zonas do País, o preço de venda dos terrenos para programas de habitação social e o preço a pagar pelo IGAPHE ou pelo IGFSS, no âmbito do Decreto-Lei nº 141/88, de 22 de Abril.

Aviso nº 90/92 de 29 de Maio / MF, MNE.

In: Diário da República: Série I-A; nº 157. 10 Jul. 92, p. 3268.

Torna público que se encontra concluído por ambas as partes o processo de aprovação do Protocolo entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau relativo à Propriedade dos Blocos Habitacionais destinados ao Alojamento de Cooperantes Portugueses, aprovado pelo Decreto-Lei nº 57/89, publicado no Diário da República, 1ª Série, nº 263, de 15 de Novembro de 1989.

Decreto-Lei nº 162/92 de 5 de Agosto / PCM.

In: Diário da República: Série I-A; nº 179. 5 Ago. 92, p. 3670.

Regula a concessão do incentivo ao arrendamento por jovens (IAJ).

Decreto-Lei nº 163/92 de 5 de Agosto / PCM, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 179. 5 Ago. 92, p. 3673.

Possibilidade das cooperativas de construção e habitação recorrerem ao crédito ao abrigo do Decreto-Lei nº 328-B/86, de 30 de Setembro, para aquisição de habitações destinadas a arrendamento a jovens.

Decreto-Lei nº 164/92 de 5 de Agosto / MJ.

In: Diário da República: Série I-A; nº 179. 5 Ago. 92, p. 3673.

Redução e isenção dos emolumentos das escrituras e dos actos de registo respeitantes à aquisição e à hipoteca de prédios ou fracções autónomas adquiridos ao abrigo do regime de crédito jovem bonificado.

Decreto-Lei nº 183/92 de 22 de Agosto /MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 193. 22 Ago. 92, p. 4100.

A adopção do regime de empreitadas de obras públicas passa a ser condição necessária para que se possa recorrer ao financiamento à construção de habitações sociais.

Portaria nº 828/92 de 25 de Agosto / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 195. 25 Ago. 92, p. 4122.

Revisão do coeficiente relativo à percentagem de juros não capitalizáveis.

Portaria nº 835/92 de 28 de Agosto / PCM, MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 198. 28 Ago. 92, p.4146.

Estabelece que o valor máximo do incentivo ao arrendamento por jovens para contratos de arrendamento em regime de renda livre ou condicionada seja determinado em função dos escalões de rendimento anual bruto corrigido do agregado familiar, de acordo com a tabela I anexa a este diploma.

Portaria nº 836/92 de 28 de Agosto / PCM, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 198. 28 Ago. 92, p. 4146.

Permite o recurso por parte das cooperativas de habitação e construção ao financiamento bonificado ao abrigo do Decreto-Lei nº 328-B/86, de 30 de Setembro.

Decreto-Lei nº 197/92 de 22 de Setembro / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 219. 22 Set. 92, p. 4488.

Institui o Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA).

Portaria nº 914/92 de 22 de Setembro / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 219. 22 Set. 92, p. 4493.

Estabelece o valor das participações a fundo perdido a conceder pelas administrações central e local, segundo o valor das obras e o valor das rendas.

Declaração de rectificação nº 154/92 de 30 de Setembro / PCM-SG.

In: Diário da República: Série I-B; nº 226. 30 Set. 92, p. 4594-(16).

Rectifica inexactidões constantes na Portaria nº 914/92, publicada no Diário da República, 1ª série, nº 219, de 22 de Setembro de 1992.

Aviso nº 13/93 de 28 de Dezembro / MF.

In: Diário da República: Série II; nº 6. 8 Jan. 93, p. 165.

Alarga a suspensão da taxa máxima a todas as operações de crédito à habitação e empréstimos concedidos ao abrigo das contas poupança-habitação.

Portaria nº 63/93 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 13. 16 Jan. 93, p. 142.

Fixa o preço para venda de habitação social durante o ano de 1993.

Portaria nº 64/93 / MOPTC, MIESS.

In: Diário da República: Série I-B; nº 13. 16 Jan. 93, p. 143.

Fixa as tabelas de subsídio de renda de casa para vigorarem no ano civil de 1993.

Despacho Conjunto de 24 de Fevereiro 93 / PCM, MOPTC.

In: Diário da República: Série II; nº 64. 17 Mar. 93, p. 2846.

Designa a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas da Região Autónoma dos Açores como organismo habilitado a receber os requerimentos respeitantes ao Incentivo ao Arrendamento por Jovens.

Decreto-Lei nº 68/86 de 27 de Março / MOPTC.

In: Diário da República: Série I; nº 72. 27 Mar. 93, p. 727.

Os arrendatários e subarrendatários que se encontrem nas condições referidas nos artigos 22º e 23º da Lei nº 46/85, de 20 de Setembro, têm direito a um subsídio de renda, nos termos previstos no mesmo diploma, quanto ao arrendamento do fogo ou parte do fogo que constitua a sua residência permanente.

Despacho nº 126/93-XII de 6 de Abril / ME - SE do Tesouro.

In: Diário da República: Série II; nº 93. 21 Abr. 93, p. 4169.

Durante o ano de 1993 ficam os bancos autorizados a realizar operações de financiamento no âmbito dos sistemas de crédito definidos pelo Decreto-Lei nº 150-A/91 de 22-4.

Despacho nº 127/93-XII de 6 de Abril / MF - SE do Tesouro.

In: Diário da República: Série II; nº 93. 21 Abr. 93, p. 4169.

Durante o ano de 1993 todos os bancos poderão efectuar operações incluídas no regime de crédito bonificado.

Despacho Conjunto de 6 de Novembro 92 / PCM, MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série II; nº 98. 27 Abr. 93, p. 4382.

Autoriza o BESCL a efectuar o pagamento e receber os requerimentos respeitantes ao Incentivo ao Arrendamento para Jovens (IAJ).

Decreto-Lei nº 162/93 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 106. 7 Maio 93, p. 2380.

Estabelece o regime de intransmissibilidade para as habitações construídas por cooperativas com apoio financeiro do Estado.

Decreto-Lei nº 163/93 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 106. 7 Maio 93, p. 2380.

Estabelece o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Decreto-Lei nº 164/93 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 106. 7 Maio 93, p. 2383.

Estabelece o Programa de Construção de Habitações Económicas.

Decreto-Lei nº 165/93 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 106. 7 Maio 93, p. 2385.

Revê o regime jurídico dos contratos de desenvolvimento para a habitação (revoga o Decreto-Lei nº 39/89 de 2 de Fevereiro).

Decreto-Lei nº 166/93 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 106. 7 Maio 93, p. 2388.

Estabelece o regime de renda apoiada.

Decreto-Lei nº 167/93 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 106. 7 Maio 93, p. 2390.

Estabelece o regime de propriedade resolúvel sobre prédios urbanos ou suas fracções autónomas.

Despacho SEH nº 7/93-XII de 7 de Maio / SEH.

In: Diário da República: Série II; nº 106. 7 Maio 93, p. 4834.

Desistência da expropriação das parcelas 2,3,7 e 11 dos terrenos necessários à construção do conjunto habitacional de Nazes Lamego.

Despacho SEH nº 8/93 de 22 de Abril / SEH.

In: Diário da República: Série II; nº 106. 7 Maio 93, p. 4834,

Desistência da expropriação e desenvolvimento dos proprietários das parcelas 1,4,5,12,13,15 e 16 dos terrenos destinados à construção do conjunto habitacional de Nazes Lamego.

Lei nº 14/93 / AR.

In: Diário da República: Série IA; nº 112. 14 Maio 93, p. 2536.

Autorização ao governo para rever o regime de arrendamento urbano para fins habitacionais.

Lei nº 17/93 / AR.

In: Diário da República: Série I-A; nº 129. 1º Supl. 3 Jun. 93, p. 3008-(2)

Autorização ao Governo para legislar no sentido de adequar as competências das administrações central e local aos programas de realojamento e de construção de habitações económicas.

Lei nº 18/93 / AR.

In: Diário da República: Série I-A; nº 137. 14 Jun. 93, p. 3162.

Autorização ao Governo para alterar o regime contra-ordenacional aplicável às violações das normas legais sobre o direito de habitação periódica e direitos análogos.

Decreto-Lei nº 250/93 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 163. 14 Jul. 93, p. 3827.

Altera o Decreto-Lei nº 328-B/86 de 30 de Setembro (estabelece o novo regime de crédito à habitação própria).

Despacho Conjunto de 3 de Junho 93 / PCM, MOPTC.

In: Diário da República: Série II; nº 162. 1º Supl. 13 Jul. 93, p. 7496-(3).

Aprova modelos de impressos para requerer ao IGAPHE os subsídios previstos no Decreto-Lei nº 162/92 de 5-8 (Incentivo ao arrendamento por jovens).

Decreto-Lei nº 255/93 / MJ, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 164. 15 Jul. 93, p. 3843.

Permite a transmissão de imóveis destinados à habitação mediante documento particular.

Portaria nº 669-A/93 / MF, MJ, MOPTC. -

In: Diário da República: Série I-B; nº 165. 1º Supl. 16 Jul. 93, p. 3870-(2).

Aprova os modelos a adoptar pelas instituições de crédito autorizadas a conceder crédito à habitação.

Portaria nº 672/93 / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 167. 19 Jul. 93, p. 3881.

Fixa em 3 anos a duração do período de aplicação da taxa fixa para empréstimos.

Portaria nº 673/93 / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 167. 19 Jul. 93, p. 3882.

Regulamenta as condições dos financiamentos a conceder pelas instituições autorizadas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Acórdão nº 311/93 de 28 de Abril / Tribunal Constitucional.

In: Diário da República: Série II; nº 170. 22 Jul. 93, p. 7801.

Não declara a inconstitucionalidade de várias normas do artº 20 da Lei nº 42/90 de 10 de Agosto (autorização ao Governo para alterar o regime do arrendamento urbano).

Decreto-Lei nº 272/93 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 181. 4 Ago. 93, p. 4181.

Estabelece medidas relativas aos programas de realojamento e de construção de habitações económicas.

Portaria nº 716/93 / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 181. 1º Supl. 4 Ago. 93, p. 4192-(2).

Fixa o preço máximo de venda dos terrenos para o Programa de Construção de Habitações Económicas, a vigorar para os concursos a abrir até 31 de Dezembro de 1993.

Portaria nº 717/93 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 181. 1º Supl. 4 Ago. 93, p. 4192-(2).

Aprova o programa de concurso tipo e o caderno de encargos tipo para serem adoptados pelo IGAPHE nos concursos públicos a lançar no âmbito do Programa de Construção de Habitações Económicas.

Decreto-Lei nº 275/93 / MCT.

In: Diário da República: Série I-A; nº 182. 5 Ago. 93, p. 4194.

Aprova o regime jurídico da habitação periódica. Revoga o Decreto-Lei 130/89 de 18 de Abril.

Decreto-Lei nº 278/93 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 186. 10 Ago. 93, p. 4262.

Altera o Regime do Arrendamento Urbano aprovado pelo Decreto-Lei 321-B/90 de 15 de Outubro.

Acórdão nº 432/93 de 13 de Julho / Tribunal Constitucional.

In: Diário da República: Série II; nº 193. 18 Ago. 93, p. 8734.

Decide não se pronunciar pela inconstitucionalidade dos artºs 2º e 4º do decreto que estabelece medidas relativas aos programas de realojamento e de construção de habitações económicas.

Decreto-Lei nº 288/93 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 195. 20 Ago. 93, p. 4454.

Altera o regime de alienação de terrenos e de fogos de habitação social do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional da Estado (IGAPHE) e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS).

Decreto-Lei nº 294/93 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 199. 25 Ago. 93, p. 4506.

Altera o Decreto-Lei nº 382/89 de 6 de Novembro (estabelece um novo regime para as contas poupança-habitação).

Portaria nº 775/93 / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 207. 3 Set. 93, p. 4653.

Fixa o valor das habitações a alienar aos arrendatários, nos termos do artigo 140 do Decreto-Lei nº 163/93 de 7 de Maio.

Portaria nº 782/93 / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 209. 6 Set. 93, p. 4687.

Fixa, para vigorar em 1993, os preços máximos dos fogos por tipologia consoante as zonas do País, para efeitos de aquisição no âmbito do Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Declaração de rectificação nº 189/93 de 30 de Setembro / PCM-SG.

In: Diário da República: Série I-B; nº 230. 30 Set. 93, p. 5540-(11).

Rectifica inexactidões da Portaria nº 673/93, publicada no Diário da República, 1ª Série, nº 167, de 19 de Julho de 1993, dos Ministérios das Finanças e Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que regulamenta as condições dos financiamentos a conceder pelas instituições autorizadas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Resolução do Conselho de Ministros nº 60/93 / PCM.

In: Diário da República: Série I-B; nº 241. 14 Out. 93, p. 5782.

Autoriza as alterações ao Housing Program Agreement celebrado entre o Governo Português e o Governo dos Estados Unidos da América.

Portaria nº 1103-A193 / MF, MIE, MOPTC, MCT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 255. 1º Supl. 30 Out. 93, p. 6130-(2).

Determina o coeficiente de actualização das rendas dos contratos em regime de renda livre, condicionada e para comércio indústria ou para o exercício de profissões liberais para o ano de 1994.

Portaria nº 1103-B/93 / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 255. 1º Supl. 30 Out. 93, p. 6130-(2).

Fixa os factores de correcção extraordinária das rendas habitacionais anteriores a 1980.

Despacho SEH nº 42/93-XII de 4 de Novembro / SEH.

In: Diário da República: Série II; nº 270. 18 Nov. 93, p. 12221.

Autoriza a Santa Casa da Misericórdia da Golegã, no âmbito do programa de participações, a proceder à venda dos fogos participados ao abrigo da portaria publicada no DR 220, II, de 23-9-78.

Despacho SEH nº 41/93-XII de 4 de Novembro / SEH.

In: Diário da República: Série II; nº 290. 1º Supl. 14 Dez. 93, p. 13184-(35).

Declara a desistência da expropriação de várias parcelas de terreno destinadas ao Plano Integrado de Setúbal, com a consequente devolução aos respectivos proprietários.

Portaria nº 45-A/94 de 14 de Janeiro / MF.

In: Diário da República: Série I-B; nº 11. 14 Jan. 94, p. 176-(2).

Para efeitos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 359/89, de 18 de Outubro, a taxa de referência para cálculo das bonificações suportadas pelo Orçamento do Estado seja fixada em 13%, salvo se a taxa de juro activa praticada pela instituição de crédito for menor, caso em que aquela taxa de referência passará a ser-lhe igual.

Portaria nº 161/94 / MOPTC, MESS.

In: Diário da República: Série I-B; nº 68. 22 Mar. 94, p. 1440.

Fixa o preço de habitação por metro quadrado consoante as zonas do País, para vigorar em 1994.

Portaria nº 214/94 / MF.

In: Diário da República: Série I-B; nº 85. 12 Abr. 94, p. 1684.

Aprova o impresso, modelo nº 15, destinado à comunicação a que se refere o artigo 11º do Decreto-Lei nº 382/89 de 6 de Novembro (estabelece um novo regime para as contas poupança-habitação).

Lei nº 13/94 / AR.

In: Diário da República: Série I-A; nº 109. 11 Maio 94, p. 2431.

Altera, por ratificação, o Decreto-Lei nº 278/93 de 10 de Agosto (que altera o Regime do Arrendamento Urbano).

Despacho Conjunto de 13 de Abril 94 / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série II; nº 115. 18 Maio 94, p. 4848.

Determina que a taxa de juro a aplicar pelo INH nos financiamentos relativos à promoção de habitação de custos controlados passe a ser indexada à “prime rate” variável de curto prazo da CGD.

Portaria nº 302/94 / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 115. 18 Maio 94, p. 2663.

Estabelece normas relativas à variação da taxa de bonificação referente ao crédito para habitação própria permanente.

Portaria nº 326/94 / MOPTC, MESS.

In: Diário da República: Série I-B; nº 123. 27 Maio 94, p. 2806.

Fixa as tabelas de subsídio de renda de casa para vigorarem no ano civil de 1994.

Decreto-Lei nº 181/94 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 148. 29 Jun. 94, p. 3419.

Altera o Decreto-Lei nº 164/93 de 7 de Maio (estabelece o Programa de Construção de Habitações Económicas).

Decreto-Lei nº 199/94 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 168. 22 Jul. 94, p. 4648.

Estabelece condições especiais de financiamento da aquisição pelos municípios dos fogos em empreendimentos de habitação a custos controlados quando se destinem à afectação ao Programa Especial de Realojamento na Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, previsto no Decreto-Lei nº 163/93 de 7 de Maio.

Portaria nº 704-A/94 / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 174. 3º Supl. 29 Jul. 94, p. 4294-(22).

Fixa o preço máximo de venda dos terrenos para o Programa de Construção de Habitações Económicas, a vigorar para os concursos a abrir até 31 de Dezembro de 1994.

Portaria nº 704-B/94 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 174. 3º Supl. 29 Jul. 94, p. 4294-(22).

Aprova o programa de concurso tipo e o caderno de encargos tipo a adoptar pelo Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) nos concursos públicos a lançar no âmbito do Programa de Construção de Habitações Económicas.

Portaria nº 784/94 / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 201. 31 Ago. 94, p. 5051.

Fixa, para vigorar em 1994, os preços máximos dos fogos por tipologia, consoante as zonas do País, para efeitos de aquisição no âmbito do Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Portaria nº 882/94 / MF, MJ, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 228. 1 Out. 94, p. 6041.

Altera a Portaria nº 669-A/93 de 16 de Julho (aprova os modelos a adoptar pelas instituições de crédito autorizadas a conceder crédito à habitação).

Decreto-Lei nº 267/94 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 247. 25 Out. 94, p. 6429.

Altera o regime da propriedade horizontal constante do Código Civil e o Código do Registo Predial.

Decreto-Lei nº 268/94 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 247. 25 Out. 94, p. 6433.

Estabelece normas regulamentares do regime da propriedade horizontal.

Decreto-Lei nº 269/94 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 247. 25 Out. 94, p. 6434.

Cria as contas poupança-condomínio.

Portaria nº 975-A/94 / MF, MIE, MOPTC, MCI.

In: Diário da República: Série I-B; nº 252. 3º Supl. 31 Out. 94, p. 6554-(16).

Estabelece o coeficiente de actualização dos contratos de arrendamento em regime de renda livre, de renda condicionada e não habitacionais para vigorar no ano civil de 1995.

Portaria nº 975-B/94 / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 252. 3º Supl. 31 Out. 94, p. 6554-(16).

Fixa os factores de correcção extraordinária das rendas habitacionais a aplicar no ano civil de 1995.

Portaria nº 1158/94 / MOPTC, MESS.

In: Diário da República: Série I-B; nº 302. 31 Dez. 94, p. 7508.

Fixa as tabelas de subsidio de renda de casa para vigorarem no ano civil de 1995.

Decreto-Lei nº 23/95 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 33. 8 Fev. 95, p. 781.

Interpreta o nº 3 do artº 4º do Decreto-Lei nº 288/93 de 20 de Agosto (altera o regime de alienação de terrenos e de fogos de habitação social do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)).

Decreto nº 4/95 / MNE.

In: Diário da República: Série I-A; nº 42. 18 Fev. 95, p. 1014.

Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe no Domínio da Habitação.

Decreto-Lei nº 63/95 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 83. 7 Abr. 95, p. 2037.

Altera o Decreto-Lei nº 164/93 de 7 de Maio (estabelece o Programa de Construção de Habitações Económicas).

Decreto Legislativo Regional nº 7/95/A / RAA.

In: Diário da República: Série I-A; nº 100. 29 Abr. 95, p. 2440.

Cria o Sistema de Apoio Financeiro à Habitação (SAFIN).Revoga o Decreto Legislativo Regional nº 13/90/A de 7 de Agosto.

Portaria nº 396/95 / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 102. 3 Maio 95, p. 2469.

Fixa, para o ano de 1995, o preço máximo de venda de terrenos para o Programa de Construção de Habitações Económicas.

Portaria nº 401/95 / MOPTC, MESS.

In: Diário da República: Série I-B; nº 102. 3 Maio 95, p. 2478.

Fixa o preço de habitação por metro quadrado consoante as zonas do País, para vigorar em 1995.

Decreto-Lei nº 87/95 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 104. 5 Maio 95, p. 2518.

Alarga o âmbito de aplicação do Decreto-Lei nº 226/87 de 6 de Junho (estabelece o regime de cooperação entre a administração local em programas de habitação social por arrendamento).

Portaria nº 406/95 / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 104. 5 Maio 95, p. 2526.

Fixa, para o ano de 1995, os preços máximos dos fogos por tipologia, consoante as zonas do País, para efeitos de aquisição no âmbito do Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Decreto-Lei nº 93/95 / MOPTC.

In: Diário da República: Série IA; nº 107. 9 Maio 95, p. 2602

Altera o Decreto-Lei nº 163/93 de 7 de Maio (estabelece o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto)

Despacho nº 712/95-XII de 28 de Abril / ME - SEAT.

In: Diário da República: Série II; nº 108. 19950510, p. 5089.

Autoriza todos os bancos a conceder financiamento no âmbito dos sistemas de crédito bonificado à construção de habitação de custos controlados durante o ano de 1995.

Despacho nº 713/95-XII de 28 de Abril / MF - SEAT.

In: Diário da República: Série II; nº 108. 10 Maio 95, p. 5090.

Autoriza todos os bancos a efectuar as operações de crédito bonificado previstas no DL nº 328-B/86 de 30-9, durante o ano de 1995.

Despacho nº 96/95-XII de 30 Maio / MF.

In: Diário da República: Série II; nº 158. 1º Supl. 11 Jul. 95, p. 7898-(7).

Reconhece competência para a classificação e atribuição de “casas de função” aos serviços e organismos a que esses imóveis estão afectos.

Portaria nº 922/95 / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 167. 21 Jul. 95, p. 4677.

Estabelece as normas em que podem ser adquiridos fogos no mercado livre para realojamento de famílias que vivem em barracas implantadas no local da construção do nó de Sacavém que ligará a CRIL à nova ponte sobre o rio Tejo.

Decreto-Lei nº 197/95 / MOPTC.

In: Diário da República: Série I-A; nº 174. 29 Jul. 95, p. 4874.

Permite aos municípios proceder à aquisição de fogos no mercado para a concretização dos programas de habitação social municipal para arrendamento destinados ao realojamento da população residente em barracas.

Decreto-Lei nº 211/95 / MF.

In: Diário da República: Série I-A; nº 189. 17 Ago. 95, p. 5115.

Altera o Decreto-Lei nº 382/89 de 6 de Novembro (estabelece um novo regime para as contas poupança-habitação).

Despacho Conjunto de 21 de Julho 95 / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série II; nº 190. 18 Ago. 95, p. 9793.

Determina que a taxa de juro a aplicar pelo INH nos financiamentos relativos à promoção de habitação de custos controlados passe a ser indexada à “prime rate” variável de curto prazo da CGD.

Decreto Legislativo Regional nº 14/95 /A / RAA.

In: Diário da República: Série IA; nº 193. 22 Ago. 95, p. 5241.

Cria um programa de apoio à habitação, a conceder pelo Governo Regional dos Açores.

Decreto Legislativo Regional nº 18/95 /M / RAM.

In: Diário da República: Série I-A; nº 197. 26 Ago. 95, p. 5396.

Cria um programa de construção de habitações económicas, a afectar à venda ou ao arrendamento social gozando os particulares promotores de um conjunto de apoios públicos.

Lei nº 87/95 / AR.

In: Diário da República: Série I-A; nº 202. 1 Set. 95, p. 5501.

Isenção do pagamento de taxas e encargos para a habitação a custos controlados.

Lei nº 89/95 / AR.

In: Diário da República: Série I-A; nº 202. 1 Set. 95, p. 5503.

Arrendamento urbano para habitação na Região Autónoma da Madeira - adaptações ao Regime de Arrendamento Urbano, aprovado pelo Decreto-Lei nº 321-B/90 de 15 de Outubro, e o Decreto-Lei nº 337/91 de 10 de Setembro.

Portaria nº 1101/95 / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 207. 7 Set. 95, p. 5670.

Fixa, para vigorar em 1995, os preços máximos dos fogos por tipologia, consoante as zonas do País, para efeitos de aquisição no âmbito de programas municipais de realojamento.

Decreto-Lei nº 234/95 / MF.

In: Diário da República: Série I-A; nº 212. 13 Set. 95, p. 5753.

Altera o Decreto-Lei nº 77/89 de 3 de Março (autoriza a transformação dos contratos em regime de propriedade colectiva das cooperativas de habitação para regime de propriedade individual a favor dos moradores).

Portaria nº 1300-A/95 / MF, MES.

In: Diário da República: Série I-B; nº 252. 1º Supl. 31 Out. 95, p. 6774-(2).

Estabelece o coeficiente de actualização dos contratos de arrendamento em regime de renda livre, de renda condicionada e não habitacionais para vigorar no ano civil de 1996.

Portaria nº 1300-B/95 / MF, MES.

In: Diário da República: Série I-B; nº 252. 1º Supl. 31 Out. 95, p. 6774-(2).

Fixa os factores de correcção extraordinária das rendas habitacionais a aplicar no ano civil de 1996.

Despacho Conjunto de 29 de Setembro 95 / PCM, MOPTC.

In: Diário da República: Série II; nº 260. 10 Nov. 95, p. 13463.

Aprova o modelo de requerimento de candidatura ao incentivo ao arrendamento por jovens.

Decreto-Lei nº 299/95 / MF.

In: Diário da República: Série I-A; nº 267. 18 Nov. 95, p. 7087.

Estabelece regras que visam simplificar e uniformizar o processo de cálculo dos juros nos empréstimos a conceder ao abrigo de programas de habitação a custos controlados.

Portaria nº 1375/95 / MF, MOPTC.

In: Diário da República: Série I-B; nº 270. 22 Nov. 95, p. 7194.

Estabelece os termos e condições dos regimes de intransmissibilidade dos fogos com condições especiais de financiamento.

Portaria nº 18/96 / MÊS - MSSS.

In: Diário da República: Série I-B; nº 25. 30 Jan. 96, p. 160.

Aprova as tabelas de subsídio de renda de casa e das rendas limite para vigorarem no ano civil de 1996.

Acórdão nº 33/96 / Tribunal Constitucional.

In: Diário da República: Série II; nº 102. 2 Maio 96, p. 5858.

Aplicação da Portaria nº 381/91 de 3 de Maio (Comissão Especial para fixação dos factores de actualização das rendas).

Despacho Conjunto de 9 de Abril 96 / SEOP, SEHC.

In: Diário da República: Série II; nº 106. 7 Maio 96, p. 6036.

Constituição de um grupo de trabalho com representação do IGAPHE, da JAE e da C.M. da Amadora, com os objectivos de identificar a extensão e natureza dos problemas de realojamento colocados pela construção da CRIL e da radial da Pontinha e a existência de terrenos públicos ou privados, susceptíveis de produzir soluções económicas de realojamento.

Despacho Conjunto de 11 de Abril 96 / MNE, MEPAT.

In: Diário da República: Série II; nº 114. 16 Maio 96, p. 6509.

Determina as formas de preparação da contribuição de Portugal para a Conferência das Nações Unidas Sobre Estabelecimentos Humanos - Habitat II, que terá lugar em Istambul, de 3 a 14-6-96.

Portaria nº 179/96 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 125. 29 Maio 96, p. 1312.

Fixa o preço máximo de venda dos terrenos para o Programa de Construção de Habitações Económicas para o ano de 1996.

Portaria nº 187/96 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 126. 30 Maio 96, p. 1332.

Fixa os preços máximos dos fogos por tipologia nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto para 1996, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER).

Despacho SEHC nº 285/96 de 24 de Maio / SEHC.

In: Diário da República: Série II; nº 136. 14 Jun. 96, p. 7877.

Determina que as entidades fiscalizadas ou tuteladas pelo MEPAT remetam ao IGAPHE identificação completa das famílias que se alojaram ou indemnizaram, a fim de evitar duplicações nos realojamentos e indemnizações.

Decreto Legislativo Regional nº 10/96 /A / RAA.

In: Diário da República: Série I-A; nº 139. 18 Jun. 96, p. 1566.

Altera o Decreto Legislativo Regional nº 14/95/A de 22 de Agosto (cria um programa de apoio à habitação a conceder pelo Governo Regional dos Açores.

Decreto-Lei nº 73/96 / MEPAT.

In: Diário da República: Série I-A; nº 139. 18 Jun. 96, p. 1554.

Permite a aplicação de limites e requisitos diferentes dos fixados no Regulamento Geral das Edificações Urbanas nos casos fixados nas Recomendações Técnicas para Habitação Social.

Decreto-Lei nº 79/96 / MEPAT.

In: Diário da República: Série I-A; nº 141. 20 Jun. 96, p. 1582.

Cria o regime da concessão de participações para o apoio à aquisição ou reabilitação de fogos por famílias abrangidas pelo Programa Especial de Realojamento nas áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto aprovado pelo Decreto-Lei nº 163/93 de 7 de Maio.

Despacho SEHC nº 31/96 de 3 Junho / SEHC.

In: Diário da República: Série II; nº 144. 24 Jun. 96, p. 8378.

Desistência da expropriação, com a consequente devolução aos proprietários, das parcelas 42, 45 e 261 do Plano Integrado de Setúbal.

Decreto-Lei nº 104/96 / MEPAT.

In: Diário da República: Série I-A; nº 176. 31 Jul. 96, p. 2190.

Altera o Decreto-Lei nº 197/92 de 22 de Setembro, dando nova redacção aos seus artigos 4º, 7º e 8º e aditando o artigo 9º-A (Programa RECRIA).

Decreto-Lei nº 105/96 / MEPAT.

In: Diário da República: Série I-A; nº 176. 31 Jul. 96, p. 2191.

Cria o Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas abreviadamente designado por REHABITA.

Decreto-Lei nº 106/96 / MEPAT.

In: Diário da República: Série I-A; nº 176. 31 Jul. 96, p. 2193.

Estabelece o Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal, abreviadamente designado por RECRIPH.

Portaria nº 352/96 / MF - MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 187. 13 Ago. 96, p. 2508.

Fixa, para vigorar em 1996, os preços máximos dos fogos por tipologia, consoante as zonas do País, para efeitos de aquisição no âmbito de programas municipais de realojamento.

Portaria nº 357/96 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 189. 16 Ago. 96, p. 2563.

Altera a Portaria nº 187/96 de 30 de Maio fixa os preços máximos dos fogos por tipologia nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto para 1996, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER).

Portaria nº 389/96 / MEPAT, MSSS.

In: Diário da República: Série I-B; nº 193. 21 Ago. 96, p. 2606.

Fixa, para vigorar em 1996, o preço de venda de terrenos destinados a programas de habitação de custos controlados, consoante as zonas do país.

Despacho nº SEHC 40/96 de 5 de Agosto / SEHC.

In: Diário da República: Série II; nº 195. 23 Ago. 96, p. 11878.

Desistência da expropriação com consequente devolução aos respectivos proprietários de parcelas do Empreendimento de Peniche III (Programa de Construção do Conjunto Habitacional em Peniche III).

Despacho SEHC nº 41/96 de 5 de Agosto / SEHC.

In: Diário da República: Série II; nº 195. 23 Ago. 96, p. 11878.

Desistência da expropriação com a consequente devolução ao respectivo proprietário das parcelas de terreno necessárias à realização do Plano Integrado de Setúbal.

Despacho Conjunto de 31 de Maio 96 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série II; nº 198. 27 Ago. 96, p. 11990.

Determina que a taxa de juro a aplicar pelo INH nos financiamentos relativos à promoção de habitação a custos controlados seja indexada à “prime rate” variável a curto prazo da Caixa Geral de Depósitos adicionada de até um nono da mesma em função da qualidade dos mutuários, financiamento celebrados pelo 114H a partir da data da sua publicação.

Portaria nº 420/96 / MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 199. 28 Ago. 96, p. 2796.

Altera a Portaria nº 828/88 de 29-12 (fixa os parâmetros a que devem obedecer as habitações de custos controlados (habitações sociais), independentemente de estas serem destinadas a venda ou arrendamento).

Lei nº 34/96 / AR.

In: Diário da República: Série I-A; nº 200. 29 Ago. 96, p. 2802.

Altera o Decreto-Lei nº 163/93 de 7 Maio (Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto).

Despacho MEPAT nº 131/96 de 13 de Agosto / MEPAT.

In: Diário da República: Série II; nº 201. 30 Ago. 96, p. 12228.

Altera as Recomendações Técnicas para Habitação Social admitindo a construção de unidades residenciais para pessoas isoladas no âmbito de operações de realojamento.

Portaria nº 523/96 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 227. 30 Set. 96, p. 3435.

Altera a Port. Nº 352/96 de 13 de Agosto (fixa os preços máximos dos fogos por tipologia, consoante as zonas do País, para efeitos de aquisição no âmbito de programas municipais de realojamento).

Portaria nº 616-A/96 / MF, MEPAT, ME.

In: Diário da República: Série I-B; nº 252. 1º Supl. 30 Out. 96, p. 3860-(2).

Estabelece o coeficiente de actualização dos contactos de arrendamento em regime de renda livre, de renda condicionada e não habitacionais, para vigorar no ano civil de 1997.

Portaria nº 616-B/96 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 252. 1º Supl. 30 Out. 96, p. 3860-(2).

Fixa os factores de correcção extraordinária das rendas habitacionais a aplicar no ano civil de 1997.

Despacho Conjunto de 16 de Outubro 96 / MEPAT, MSSS.

In: Diário da República: Série II; nº 262. 12 Nov. 96, p. 15788.

Determina a constituição de uma comissão conjunta para acompanhamento das relações entre o MSSS e a SEHC, com o fim de melhor articular as políticas sociais na área da promoção habitacional com outras áreas de actuação no desenvolvimento da protecção social.

Portaria nº 253/96 (2ª Série) de 29 de Outubro / MF, MEPAT, ME.

In: Diário da República: Série II; nº 263. 13 Nov. 96, p. 15865.

Determina que o coeficiente de actualização dos contratos de arrendamento em regime de renda livre, de renda condicionada e não habitacionais, para vigorar no ano civil de 1997, seja de 1,027.

Portaria nº 711/96 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 284. 9 Dez. 96, p. 4707.

Estabelece o valor de acréscimo de comparticipação a atribuir quando da realização de obras de conservação em centros urbanos antigos.

Despacho MEPAT nº 164/96 de 26 de Novembro / MEPAT.

In: Diário da República: Série II; nº 289. 14 Dez. 96, p. 17334.

Constitui a Comissão de Estudos para a Melhoria das Situações de Arrendamento Habitacional anteriores ao Decreto-Lei nº 32-B/90 de 15-10, abreviadamente designada por Comissão para o Arrendamento Habitacional (CAH).

Despacho SEHC nº 55/96 de 30 de Novembro / SEHC.

In: Diário da República: Série II; nº 292. 18 Dez. 96, p. 17516.

Declara a desistência da expropriação da parcela nº 383 do Plano Integrado de Setúbal.

Portaria nº 44/97 / MEPAT, MSSS.

In: Diário da República: Série I-B; nº 14. 17 Jan. 97, p. 287.

Aprova as tabelas de subsídio de renda de casa e de rendas limite para vigorarem no ano civil de 1997.

Decreto-Lei nº 30/97 / MEPAT.

In: Diário da República: Série I-A; nº 23. 28 Jan. 97, p. 444.

Transfere para o Instituto Nacional de Habitação as competências legais cometidas ao Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado no âmbito do Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (Decreto-Lei nº 163/93 de 7 de Maio) e dos programas municipais de Realojamento (Decreto-Lei nº 226/87 de 6 de Junho).

Despacho Conjunto nº A-12/97-XIII de 31 de Janeiro / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série II; nº 43. 20 Fev. 97, p. 2217.

Autoriza a aquisição pelo município de Loulé de 49 habitações, pelo preço global de 470 700 contos, para concretização do realojamento da população residente no bairro de barracas designado “Bairro dos Pescadores” sito em Quarteira.

Despacho SEHC nº 7/97 de 28 de Fevereiro / SEHC.

In: Diário da República: Série II; nº 65. 18 Mar. 97, p. 3233.

Desistência de expropriação, com consequente devolução aos respectivos proprietários, de parcelas necessárias à realização do Plano Integrado de Setúbal.

Resolução nº 21/97 (2ª Série) de 3 de Abril / PCM.

In: Diário da República: Série II; nº 98. 28 Abr. 97, p. 4963.

Autoriza a aquisição pela Casa Pia de Lisboa de 172 fogos que constituem a Urbanização de Nossa Senhora da Conceição situada no Monte de Caparica em Almada.

Decreto-Lei nº 109/97 / MEPAT.

In: Diário da República: Série I-A; nº 106. 8 Maio 97, p. 2201.

Revê os regimes de intransmissibilidade e inalienabilidade em vigor para as segundas transmissões de habitações a custos controlados.

Portaria nº 316/97 / MEPAT, MSSS.

In: Diário da República: Série I-B; nº 110. 13 Maio 97, p. 231.2

Fixa, para vigorar em 1997, o preço de venda dos terrenos destinados a programas de habitação de custos controlados, consoante as zonas do País.

Portaria nº 371/97 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 130. 6 Jun. 97, p. 2792.

Cria condições financeiras e técnicas para concessão de empréstimos para projectos de equipamento social partes acessórias dos fogos e ou espaços comerciais quando integrados em empreendimentos de habitações a custos controlados. Revoga a Portaria nº 302/88 de 12 de Maio.

Decreto-Lei nº 175/97 / MEPAT.

In: Diário da República: Série I-A; nº 133. 11 Jun. 97, p. 2822.

Revê o regime de financiamento à promoção cooperativa a custos controlados para venda em regime de propriedade individual.

Decreto-Lei nº 156/97 de 24 de Junho

In: Diário da República: Série I-A; nº 143. 24 Jun. 97, p. 3068.

As alterações a planos municipais de ordenamento do território necessárias para a execução de empreendimentos maioritariamente abrangidos pelos Decretos-Leis nºs 226/87, de 6 de Junho e 163/93, de 7 de Maio, bem como os programas de construção a custos controlados destinados a arrendamento, que impliquem alterações aos princípios de uso, ocupação e transformação dos solos, subjacentes à elaboração do respectivo plano, ou que afectem servidões, restrições de utilidade pública ou tenham repercussões noutros planos ou nas redes de equipamentos e infra-estruturas estão sujeitas ao disposto no nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 69/90, de 2 de Março, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 211/92, de 8 de Outubro, e pelo Decreto-Lei nº 155/97, de 24 de Junho.

Acórdão nº 410/97 de 23 de Maio / Tribunal Constitucional.

In: Diário da República: Série I-A; nº 155. 8 Jul. 97, p. 3344.

Declara inconstitucional, com força obrigatória geral, por violação do disposto na alínea h) do nº 1 do artigo 168º da Constituição da República, a norma do artigo 1º do Decreto-Lei nº 278/93 de 10 de Agosto, na parte em que elimina o nº 3 do artigo 89º do Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pelo Decreto-Lei nº 321-B/90 de 15 de Outubro.

Portaria nº 500/97 / MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 166. 21 Jul 97, p. 3654.

Estabelece disposições sobre os parâmetros de área e custos de construção, os valores máximos de venda e os conceitos a que devem obedecer as habitações a custos controlados. Revoga a Portaria nº 828/88 de 29 de Dezembro.

Decreto-Lei nº 189/97 / MEPAT.

In: Diário da República: Série I-A; nº 173. 29 Jul. 97, p. 3868.

Permite a venda de fogos de habitação social da Obra Social do Ministério das Obras Públicas aos respectivos arrendatários e os fogos devolutos ao Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado.

Portaria nº 589-A/97 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série IB; nº 178. Supl. 4 Ago. 97, p. 4052 (2)

Fixa, para vigorar em 1997, os preços máximos dos fogos por tipologia, consoante as zonas do País, para efeitos de aquisição no âmbito de programas municipais de realojamento

Portaria nº 589-B/97 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 178. Supl. 4 Ago. 97, p. 4052-(2).

Fixa, para vigorar em 1997, os preços máximos dos fogos por tipologia, consoante as zonas do País, para efeitos de aquisição no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Despacho nº 6221/97 de 31 de Julho / MEPAT.

In: Diário da República: Série II; nº 191. 20 Ago. 97, p. 10159.

Determina que a elaboração do relatório final elaborado pela CAH seja prorrogado por quatro meses com termo em 26 de Dezembro de 1997 de acordo com o nº 12 de Desp. MEPAT nº 164/97 de 26-11.

Acordo nº 68/97 de 16 de Julho / IGAPHE.

In: Diário da República: Série II; nº 197. 27 Ago. 97, p. 10533.

Acordo de colaboração entre o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, o Instituto Nacional de Habitação e o município de Lisboa para concretização do REHABITA.

Despacho nº 7663/97 de 2 de Setembro / SEHC.

In: Diário da República: Série II; nº 215. 17 Set. 97, p. 11500.

Desistência da expropriação, com devolução do proprietário, da parcela 314 do Plano Integrado de Setúbal.

Decreto-Lei nº 265/97 / MF.

In: Diário da República: Série I-A; nº 228. 2 Out. 97, p. 5389.

Altera o Decreto-Lei nº 149/95 de 24 de Junho, que regula o contrato de locação financeira e revoga o Decreto-Lei nº 10/91 de 9 de Janeiro, que estabelece o regime do contrato de locação financeira de imóveis para habitação.

Portaria nº 1039/97 de 3 de Outubro

In: Diário da República: Série I-B; nº 229. 3 Out. 97, p. 5403.

Para efeitos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 359/89, de 18 de Outubro, a taxa de referência para cálculo das bonificações suportadas pelo Orçamento do Estado seja, para as operações de crédito bonificado a contratar, fixada em 8%, salvo se a taxa de juro activa praticada pela instituição de crédito for menor, caso em que aquela taxa de referência passará a ser-lhe igual.

Despacho nº 8681/97 de 15 de Setembro / MF, SEO.

In: Diário da República: Série II; nº 270. 4 Out. 97, p. 12216.

Estabelece que a taxa de juro do crédito à habitação ao abrigo do Decreto-Lei nº 4295 de 27 de Abril de 1960 corresponda, em cada momento a 60% da taxa base do crédito à habitação que vigorar na Caixa Geral de Depósitos.

Acórdão nº 486/97 de 2 de Julho / Tribunal Constitucional.

In: Diário da República: Série II; nº 241. 17 Out. 97, p. 12808.

Processo nº 734/96 relativo a acções de despejo por incumprimento do Regime de Arrendamento Urbano.

Acórdão nº 327/97 de 17 de Abril / Tribunal Constitucional.

In: Diário da República: Série II; nº 243. 20 Out. 97, p. 12889.

Processo nº 699/95 relativo a aplicação do Regime de Arrendamento Urbano.

Portaria nº 1089-C/97 / MF, MEPAT, ME.

In: Diário da República: Série I-B; nº 253. 20 Supl. 31 Out. 97, p. 5992-(4).

Estabelece o coeficiente de actualização dos contratos de arrendamento em regime de renda livre, de renda condicionada e não habitacionais para vigorar no ano civil de 1998.

Portaria nº 1089-D197 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 253. 20 Supl. 31 Out. 97, p. 5992-(4).

Fixa os valores de correcção extraordinária das rendas habitacionais a aplicar no ano civil de 1998.

Despacho Conjunto nº 489/97 de 12 de Novembro / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série II; nº 276. 28 Nov. 97, p. 14672.

Determina que a taxa de juro a aplicar pelo INH nos financiamentos à promoção de habitação a custos controlados seja indexada à taxa LISBOR a 6 meses, adicionada de até 4 e 1/2 pontos percentuais em função de critérios de gestão do Instituto.

Decreto-Lei nº 346/97 / MEPAT.

In: Diário da República: Série I-A; nº 281. 5 Dez. 97, p. 6505.

Cria um regime especial de apoio financeiro para realojamento das populações desalojadas na sequência dos fenómenos climatéricos de carácter anormal e imprevisível que recentemente se verificaram no território nacional, com especial incidência na Região Autónoma dos Açores e nas Regiões do Algarve e do Alentejo.

Despacho nº 12478/97 de 24 de Novembro / MF, SETF.

In: Diário da República: Série II; nº 285. 11 Dez. 97, p. 15146.

Autoriza todos os bancos a realizar operações de financiamento no âmbito dos sistemas de crédito. constantes do artº 1º do Decreto-Lei nº 150-A19 de 23 de Abril.

Despacho nº 12479/97 de 11 de Dezembro / MF, SETF.

In: Diário da República: Série II; nº 285. 11 Dez. 97, p. 15146.

No âmbito do regime de crédito à habitação própria, determina que todos os bancos possam efectuar operações incluídas no regime de crédito bonificado.

Decreto-Lei nº 380/97 / MDN.

In: Diário da República: Série I-A; nº 300. 30 Dez. 97, p. 6830.

Estabelece o novo regime jurídico de arrendamento dos fogos de renda económica do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA).

Portaria nº 7/98 / MDN.

In: Diário da República: Série I-B; nº 5. 7 Jan. 98, p. 94.

Aprova o Regulamento para a Atribuição das Casa de Renda Económica do Instituto de Acção Social das Forças Armadas.

Portaria nº 76/98 / MEPAT, MTS.

In: Diário da República: Série I-B; nº 42. 19 Fev. 98, p. 678.

Fixa, para vigorar em 1998, o preço da habitação por metro quadrado de área útil e o preço de venda dos terrenos destinados a programas de habitação de custos controlados.

Acórdão nº 114/98 de 13 de Março / Tribunal Constitucional.

In: Diário da República: Série I-A; nº 61. 13 Mar. 98, p. 983.

Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma do nº 1 do artigo 36º do Regime do Arrendamento Urbano (RAU), aprovado pelo Decreto-Lei nº 321-B/90 de 15 de Outubro, por violação da alínea a) do nº 1 do artigo 168º da Constituição, na versão introduzida pela segunda revisão constitucional, aprovada pela Lei Constitucional nº 1/89 de 30 de Julho.

Portaria nº 162/98 / MEPAT, MTS.

In: Diário da República: Série I-B; nº 63. 16 Mar. 98, p. 1102.

Fixa as tabelas de subsídio de renda de casa para vigorarem no ano civil de 1998.

Despacho nº 5116/98 de 25 de Fevereiro / SEHC.

In: Diário da República: II; nº 73. 27 Mar. 98, p. 3953.

Determina ao INH que, em articulação do gabinete da SEHC, procede à elaboração e apresentação dos projectos do diploma de revisão do regime de apoio financeiro às populações dos Açores e do Algarve que se encontram em situação de desalojamento temporário ou definitivo em virtude dos temporais ocorridos em Outubro e Novembro de 1997.

Decreto Legislativo Regional nº 8/98/A / RAA.

In: Diário da República: Série I-A; nº 86. 13 Abr. 98, p. 1582.

Altera o Decreto Legislativo Regional nº 14/95/A de 22 de Agosto (cria um programa de apoio à habitação a conceder pelo Governo Regional dos Açores).

Despacho Conjunto nº 265/98 de 13 de Março / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série II; nº 86. 13 Abr. 98, p. 4769.

Autoriza o INH a celebrar todos os contratos e ou alterações aos contratos com créditos mal parados de cooperativas e associações de moradores que, face às características específicas de cada caso, se revelem necessárias para assegurar o célere e efectivo pagamento dos montantes em dívida.

Portaria nº 451/98 / MF.

In: Diário da República: Série II; nº 100. 30 Abr. 98, p. 5791.

Autoriza a cessão, a título definitivo, ao IGAPHE de parcelas de terreno sitas no local de Barão de Vivalda, na freguesia de Arroios, concelho de Vila Real, destinadas à construção do Bairro Social da Araucária.

Decreto-Lei nº 136-A/98 / MEPAT.

In: Diário da República: Série I-A; nº 112. 1º Supl. 15 Maio 98, p. 2336-(2).

Adequa o regime de apoio especial a conceder aos proprietários ou arrendatários de habitações situadas na Região Autónoma dos Açores e nos distritos de Beja, Évora e Faro, total ou parcialmente destruídas ou em risco de derrocada em resultado dos fenómenos climatéricos anormais ocorridos em Outubro e Novembro de 1997.

Portaria nº 297-A/98 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 112. 1º Supl. 15 Maio 98, p. 2336-(6).

Fixa os valores a conceder aos proprietários ou arrendatários afectados pelas intempéries ocorridas em Outubro e Novembro de 1997.

Decreto-Lei nº 137/98 / MF.

In: Diário da República: Série I-A; nº 113. 16 Maio 98, p. 2338.

Altera o Decreto-Lei nº 328-B/86 de 30 de Setembro (estabelece o novo regime de crédito à habitação).

Portaria nº 741/98 / ME.

In: Diário da República: Série II; nº 178. 4 Ago. 98, p. 10899.

Autoriza a cessão a título definitivo ao município de Vila Real de Santo António de uma parcela de terreno para a edificação de habitação social.

Portaria nº 540/98 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 189. 18 Ago. 98, p. 4074.

Fixa, para vigorar em 1998, os preços máximos de aquisição, por tipologia e consoante as zonas do País, de fogos destinados aos programas municipais de realojamento e ao Programa Especial de Realojamento (PER).

Decreto Legislativo Regional nº 15-A/98/A / RAA.

In: Diário da República: Série I-A; nº 222. 2º Supl. 25 Set. 98, p. 4966-(10).

Estabelece os apoios a conceder aos sinistrados do sismo de 9 de Julho de 1998, que assolou as ilhas do Faial, Pico e São Jorge.

Declaração nº 310/98 de 14 de Outubro / DGOTDU.

In: Diário da República: Série II; nº 248. 27 Out. 98, p. 15076.

Expropriação de um terreno sito no lugar de Souto de Cima, freguesia de Santa Maria de Avioso, concelho da Maia, para a execução do projecto de construção de habitações de custos controlados, no âmbito do Programa Especial de Realojamento.

Portaria nº 946-A/98 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 252. 1º Supl. 31 Out. 98, p. 5684-(2).

Estabelece o coeficiente de actualização dos contratos de arrendamento em regime de renda livre, de renda condicionada e não habitacionais para vigorar no ano civil de 1999.

Portaria nº 946-B/98 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 252. 1º Supl. 31 Out. 98, p. 568-4(2).

Fixa os factores de correcção extraordinária das rendas habitacionais a aplicar no ano civil de 1999.

Portaria nº 949/98 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 254. 3 Nov. 98, p. 5794.

Procede à revisão das condições dos empréstimos concedidos ao abrigo do Decreto-Lei nº 110/85 de 17 de Abril.

Decreto-Lei nº 349/98 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-A; nº 261. 11 Nov. 98, p. 6135.

Estabelece o regime jurídico de concessão de crédito à habitação própria.

Portaria nº 963/98 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 261. 11 Nov. 98, p. 6146.

Estabelece normas relativas ao novo regime jurídico da concessão de crédito à habitação própria. Revoga as Portarias nº 65 8/90 de 8 de Agosto, nº 610/91 de 5 de Julho, nº 828/92 de 25 de Agosto, e nº 602/94 de 18 de Maio.

Portaria nº 964/98 / MF.

In: Diário da República: Série I-B; nº 261. 11 Nov. 98, p. 6148.

Fixa a taxa de referência para o cálculo das bonificações (TRCB) a suportar pelo Orçamento do Estado ao abrigo do regime de crédito à habitação.

Decreto-Lei nº 350/98 / PCM.

In: Diário da República: Série I-A; nº 262. 12 Nov. 98, p. 6153.

Institui um regime de isenção de emolumentos notariais e registrais sobre imóveis ou móveis nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge.

Decreto-Lei nº 351/98 / PCM.

In: Diário da República: Série I-A; nº 262. 12 Nov. 98, p. 6153.

Aplica, com especialidades, o disposto no Decreto-Lei nº 312/90 de 2 de Outubro, aos prédios situados nos concelhos sediados nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge que foram afectados pela crise sísmica de Julho de 1998 ou que venham a ser necessários ao esforço de reconstrução promovido pelo Governo Regional dos Açores.

Portaria nº 1212/98 (2ª Série) de 20 de Novembro / MF.

In: Diário da República: Série II; nº 281. 5 Dez. 98, p. 17270.

Autoriza a coesão, a título definitivo, no município da Póvoa de Varzim do terreno denominado Campo da Enxurreira sito na freguesia de Balazar, para construção de habitações sociais.

Portaria nº 1228/98 (2ª Série) de 20 de Novembro / MF.

In: Diário da República: Série II; nº 283. 9 Dez. 98, p. 17337.

Cessão do prédio rústico denominado “Bouça de Agrelas” sito na freguesia de Balazar, concelho da Póvoa de Varzim, destinado à construção de habitações sociais.

Portaria nº 9/99 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 5. 7 Jan. 99, p. 65.

Aplica as condições financeiras previstas nos nºs 5 a 10 do artigo 110 do Decreto-Lei nº 349/98 de 11 de Novembro, aos empréstimos contratados ao abrigo dos Decretos-Lei nº 43 5/80 de 2 de Outubro, e nº 459/83 de 30 de Dezembro.

Decreto-Lei nº 7/99 / MEPAT.

In: Diário da República: Série I-A; nº 6. 8 Jan. 99, p. 73.

Cria o regime de concessão de apoio financeiro especial para realização de obras de conservação ordinária, extraordinária e de beneficiação em habitação própria permanente de indivíduos e agregados familiares economicamente carenciados.

Portaria nº 56/99 / MEPAT, MTS.

In: Diário da República: Série I-B; nº 22. 27 Jan. 99, p. 473.

Fixa as tabelas de subsídios de renda de casa para vigorarem no ano civil de 1999.

Acórdão nº 55/99 / Tribunal Constitucional.

In: Diário da República: Série I-A; nº 92. 19 Fev. 99, p. 982.

Declara a inconstitucionalidade com força obrigatória geral, da norma do artigo 69º, nº 1, alínea a), do Regime do Arrendamento Urbano aprovado pelo Decreto-Lei nº 321-B/90 de 15 de Outubro, da parte em que refere os descendentes em 1º grau do senhorio.

Despacho nº 3773/99 de 5 de Fevereiro / MEPAT.

In: Diário da República: Série II; nº 46. 24 Fev. 99, p. 2723.

Determina que o INH é a autoridade competente para, no território nacional, proceder à certificação das empreitadas a que se refere a verba 2.16 da lista I anexa ao Código do IVA (construção de imóveis cujos promotores sejam cooperativas de habitação e construção).

Decreto-Lei nº 137-B/99 / MEPAT.

In: Diário da República: Série IA-; nº94. 1º Supl. 22 Abr. 99, p. 2160-(5).

Altera o Decreto-Lei nº 349/98 de 11 de Novembro, que estabelece o regime jurídico de concessão de crédito à habitação.

Portaria nº 281-A/99 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 94. 2º Supl. 22 Abr. 99, p. 2160-(10).

Adapta e consolida a disciplina das condições de empréstimo, no âmbito dos regimes de crédito bonificado à habitação, com especial incidência na regulamentação das condições de acesso.

Protocolo nº 16/99 de 6 de Abril / IGAPHE.

In: Diário da República: Série II; nº 108. 10 Maio. 99, p. 6981.

Protocolo de adesão ao RECRIA entre o IGAPHE e o município de Lisboa.

Decreto-Lei nº 180/99 / PCM, ME.

In: Diário da República: Série I-A; nº 119. 22 Maio. 99, p. 2785.

Altera o Decreto-Lei nº 275/95 de 5 de Agosto, que aprova o regime jurídico da habitação periódica, e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 94/47/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Outubro de 1994, relativa à protecção dos adquirentes quanto a certos aspectos dos contratos de aquisição de um direito de utilização a tempo parcial de bens imóveis.

Despacho nº 10539/99 de 30 de Abril / MEPAT.

In: Diário da República: Série II; nº 124. 28 Maio. 99, p. 7896.

Autoriza o IGAPHE a fixar o valor referente ao estado de conservação (Cc) para cálculo do valor de venda dos fogos alienar directamente para os municípios sitos na área geográfica do município de Braga.

Portaria nº 427/99 / MEPAT, MTS.

In: Diário da República: Série I-B; nº 137. 15 Jun. 99, p. 3429.

Fixa, para vigorar em 1999, o preço da habitação por metro quadrado de área útil e o preço de venda dos terrenos destinados a programas de habitação de custos controlados.

Acordo nº 104/99 de 30 de Junho / IGAPHE.

In: Diário da República: Série II; nº 165. 17 Jul. 99, p. 10399.

Acordo de colaboração entre o IGAPHE, o município de Lisboa e o Banco BPI para concretização do REHABITA.

Decreto-Lei nº 281/99 / MEPAT.

In: Diário da República: Série I-A; nº 172. 26 Jul. 99, p. 4680.

Estabelece a disciplina aplicável à exigência de apresentação perante o notário de licença de construção ou de utilização na celebração de actos de transmissão da propriedade de prédios urbanos.

Portaria nº 821/99 / MF, MEPAT.

In: Diário da República: Série I-B; nº 226. 27 Set. 99, p. 6660.

Fixa, para vigorar em 1999, os preços máximos de aquisição, por tipologia e consoante as zonas do País, de fogos destinados aos programas municipais de realojamento e ao Programa Especial de Realojamento (PER).

Portaria nº 982-A199 / MES, MF, ME.

In: Diário da República: Série I-B; nº 254. 30 Out. 99, p. 7424-(2).

Estabelece o coeficiente de actualização dos contratos de arrendamento em regime de renda livre, de renda condicionada e não habitacionais para vigorar no ano civil de 2000.

Portaria nº 982-B/99 / MES, MF.

In: Diário da República: Série I-B; nº 254. 30 Out. 99, p. 7424-(2).

Fixa os factores de correcção extraordinária das rendas habitacionais a aplicar do ano civil de 2000.

Decreto-Lei nº 502/99 / MTS.

In: Diário da República: Série I-A; nº 270. 19 Nov. 99, p. 8233.

Estabelece o regime jurídico das cooperativas do ramo de habitação e construção e revoga o Decreto-Lei nº 218/82 de 2 de Junho.

Portaria nº 1-A/2000 / MES, MTS.

In: Diário da República: Série I-B; nº 1. 2º Supl. 3 Jan. 2000, p. 8 (18) - (22).

Fixa as tabelas de subsídio de renda de casa para vigorarem no ano civil de 2000.

Portaria nº 12/2000 / MF.

In: Diário da República: Série I-B; nº 11. 14 Jan. 2000, p. 134.

Fixa a taxa de referencia para o cálculo das bonificações a suportar pelo Orçamento do Estado, ao abrigo do regime de crédito à aquisição, construção, realização de obras de conservação ordinária, extraordinária e de beneficiação de habitação própria, secundária e ou de arrendamento, no regime geral de crédito, crédito bonificado e crédito jovem bonificado.

Decreto-Lei nº 1-A/2000 de 22 de Janeiro / MES.

In: Diário da República: Série I-A; nº 18. Supl. 22 Jan. 2000, p. 240-(2).

Dá nova redacção ao artigo 31º do Decreto-Lei nº 349/98, de 11 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 137-B/99, de 22 de Abril, que aprovou o regime jurídico da concessão de crédito à habitação.

Portaria nº 106/2000 / MES, MTS.

In: Diário da República: Série I-B; nº 47. 25 Fev. 2000, p. 664 – 665.

Fixa, para vigorar em 2000, o preço da habitação por metro quadrado de área útil e o preço de venda dos terrenos destinados a programas de habitação de custos controlados.

Acórdão nº 97/2000 / Tribunal Constitucional.

In: Diário da República: Série II; nº 65. 16 Mar. 2000, p. 1030–1032.

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artº 107º, nº 1, alínea b), do Regime do Arrendamento Urbano aprovado pelo Decreto-Lei nº 321 -B/90 de 15 de Outubro, por violação do artigo 168º nº 1, alínea h), da Constituição, na redacção da Lei Constitucional nº 1/89 de 8 de Julho.

Lei nº 4-A/2000 / AR.

In: Diário da República: Série I-A; nº 88. 13 Abr. 2000, p 1622-(2).

Autoriza o Governo a legislar em matéria de formação de contratos de arrendamento urbano para comércio indústria e exercício de profissão liberal e de contratos de trespasse.

Decreto-Lei nº 64-A/2000 / MJ.

In: Diário da República: Série I-A; nº 95. 1º Supl. 22 Abr. 2000, p. 1708-(2).

Possibilita a realização de contratos de arredamento para comércio, indústria ou exercício de profissão liberal, bem como o trespasse e cessão de exploração de estabelecimento comercial através de contrato escrito, dispensando-se a escritura pública.

Decreto Regulamentar Regional nº 32/2000/M / RAM.

In: Diário da República: Série I-B; nº 119. 23 Maio 2000, p. 2333–2338.

Altera a Lei Orgânica do Instituto de Habitação da Região Autónoma da Madeira.

Lei nº 16/2000 / AR.

In: Diário da República: Série I-A; nº 182. 8 Ago. 2000, p. 3812.

Autoriza o Governo a legislar sobre o Regime Jurídico do Arrendamento Urbano.

Resolução da Assembleia Legislativa Regional nº 15/2000/M / RAM.

In: Diário da República: Série I-B; nº184. 10 Ago. 2000, p. 3932.

Recomenda ao Governo da República que revogue a Portaria nº 12/2000, de 14 de Janeiro (bonificação no crédito à habitação).

Portaria nº 705-C/2000 / ME.

In: Diário da República: Série I-B; nº 202. 2º Supl. 1 Set. 2000, p. 4614.

Fixa a taxa de referência para o cálculo das bonificações (TRCB) a suportar pelo Orçamento do Estado.

Despacho nº 18521/2000 de 18 de Agosto / SEH.

In: Diário da República: Série II; nº 212. 13 Set. 2000, p. 15052.

Desistência de expropriação, com consequente devolução aos respectivos proprietários, das parcelas nºs 46, 73-A, 99/2 e 100/3 do Plano Integrado de Almada.

Portaria nº 1032/2000 / MES, MF.

In: Diário da República: Série I-B; nº 249. 27 Out. 2000, p. 6050–6051.

Fixa, para vigorar em 2000, os preços máximos de aquisição, por tipologia e consoante as zonas do País, de fogos destinados aos programas municipais de realojamento e ao programa Especial de Realojamento (PER).

Acórdão nº 4/2000 de 4 de Dezembro 96 / STJ.

In: Diário da República: Série I-A; nº 250. 28 Out. 2000, p. 6087.

Na vigência do Código das Expropriações constante do Decreto-Lei nº 845/76 de 11 de Dezembro, à indemnização devida ao locatário habitacional cujo contrato caducou em consequência de expropriação por utilidade pública é aplicável o disposto nas normas conjugadas dos artigos 36º, nº 2, daquele Código e 1099º, nº 1, do Código Civil - posteriormente artigo 72º, nº 1, do Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pelo Decreto-Lei nº 321 -

B/90 de 15 de Outubro - excepto na parte em que limitam a indemnização em montante nunca inferior ao equivalente a dois anos e meio de renda à data da desocupação por se considerarem materialmente inconstitucionais.

Portaria nº 1062-A/2000 / MES, MF, ME.

In: Diário da República: Série I-B; nº 252. 1º Supl. 31 Out. 2000, p. 6144-(2).
Estabelece o coeficiente de actualização dos contratos de arrendamento em regime de renda livre, de renda condicionada e não habitacionais para vigorar no ano civil de 2001.

Portaria nº 1062-B/2000 / MES, MF.

In: Diário da República: Série I-B; nº 252. 1º Supl. 31 Out. 2000, p. 6144-(2) - (3).

Fixa os factores de correcção extraordinária das rendas habitacionais a aplicar no ano civil de 2001.

Decreto-Lei nº 270/2000 / MAI.

In: Diário da República: Série I-A; nº 257. 7 Nov. 2000, p. 6199.

Define o regime de alienação dos imóveis de habitação social dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana aos respectivos beneficiários.

Decreto-Lei nº 320/2000 / MF.

In: Diário da República: Série I-A; nº 288. 15 Dez. 2000, p. 7322.

Altera o Decreto-Lei nº 349/98 de 11 de Novembro, que estabelece o regime jurídico da concessão de crédito à aquisição, construção e realização de obras em habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento.

Portaria nº 1177/2000 / MES, MF.

In: Diário da República: Série I-B; nº 288. 15 Dez. 2000, p. 7337.

Regulamenta o acesso ao crédito bonificado à habitação.

Decreto-Lei nº 329-A/2000 / MES.

In: Diário da República: Série I-A; nº 294. 10 Supl. 22 Dez. 2000, p. 7444- (2) - (4).

Altera o regime de renda condicionada constante do Decreto-lei nº 13/86 de 23 de Janeiro.

Decreto-Lei nº329-B/2000 / MES.

In: Diário da República: Série I-A; nº 294. 1º Supl. 22 Dez. 2000, p. 7444-(4) - (10).

Altera o Regime do Arrendamento Urbano aprovado pelo Decreto-Lei nº 321-B/90 de 15 de Outubro.

Decreto-Lei nº 329-C/2000 / MES.

In: Diário da República: Série I-A; nº 294. 1º Supl. 22 Dez. 2000, p. 7444-(10) - (15).

Altera o Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA), constante dos Decretos-Leis nºs 197/92 de 22 de Setembro, e 104/96 de 31 de Julho.

Decreto-Lei nº 1/2001 / MES.

In: Diário da República: Série I-A; nº 3. 4 Jan. 2001, p. 38-39.

Altera o Decreto-Lei nº 163/93 de 7 de Maio, que aprovou o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Portaria nº 56-A/2001 / MES, MF.

In: Diário da República: Série I-B; nº 24. 1º Supl. 29 Jan. 2001, p. 472-(2) - (3).

Fixa o regime de cálculo de comparticipação a fundo perdido a atribuir no âmbito do Programa RECRIA.

Decreto-Lei nº 27/2001 / MF.

In: Diário da República: Série I-A; nº 29. 3 Fev. 2001, p. 585 – 587.

Regula o novo regime das contas poupança-habitação.

Decreto-Lei nº 28/2001 / MF.

In: Diário da República: Série I-A; nº 29. 3 Fev. 2001, p. 587.

Regula os benefícios fiscais a atribuir a contas poupança-habitação.

Portaria nº 71/2001 / MES, MTS.

In: Diário da República: Série I-B; nº 32. 7 Fev. 2001, p. 625 – 629.

Fixa as tabelas de subsídio de renda de casa para vigorarem no ano civil de 2001.

Decreto-Lei nº 39/2001 / MES.

In: Diário da República: Série I-A; nº 34. 9 Fev. 2001, p. 718 -723.

Altera o Decreto-Lei nº 7/99 de 8 de Janeiro, que aprovou o programa SOLARH.

Decreto-Lei nº 45/2001 / MES.

In: Diário da República: Série I-A; nº 35. 10 Fev. 2001, p. 758–759.

Estabelece um regime emolumentar especial aplicável às operações de mudança de regime de crédito e de instituição de crédito, quer isoladamente quer em simultâneo, no âmbito do Decreto-Lei nº 349/98 de 11 de Novembro, que aprovou o regime jurídico de concessão de crédito à habitação, e legislação complementar.

Portaria nº 191/2001 / MES, MTS.

In: Diário da República: Série I-B; nº 59. 10 Mar. 2001.

Fixa para vigorar em 2001, o preço da habitação por metro quadrado de área útil a que se refere a alínea c) do nº 2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 141/88, de 22 de Abril.

Portaria nº 1052/2001 / MF, MES.

In: Diário da República: Série I-B; nº 204. 3 Set. 2001, p. 5712–5713.

Fixa, para vigorar em 2001, os preços máximos de aquisição, por tipologia e consoante as zonas do País, de fogos destinados aos programas municipais de realojamento e ao Programa Especial de Realojamento (PER).

Relatório nº 39/2001 de 12 de Setembro / MF - DGT.

In: Diário da República: Série II; nº 226. 28 Set. 2001, p. 16420-16424.

Informação estatística do crédito à habitação, referente ao 2º trimestre do ano de 2001.

Portaria nº 1149/2001 / MF, MES.

In: Diário da República: Série I-B; nº 227. 29 Set. 2001, p. 6180.

Estabelece disposições relativas aos empréstimos concedidos ao abrigo do Decreto-Lei nº 110/85, de 17 de Abril. Revoga a Portaria nº 949/98 de 3 de Novembro.

Aviso nº 13052-A/2001 de 18 de Outubro / INE.

In: Diário da República: Série II; nº 252. 2º Supl. 30 Out. 2001, p. 18128-(6).

Torna público que o coeficiente de actualização dos diversos tipos de arrendamento, para vigorar no ano civil de 2002, é de 1,043.

Portaria nº 1261-B/2001 / MF, MES.

In: Diário da República: Série I-B; nº 253. 3º Supl. 31 Out. 2001, p. 6990-(8) - (9).

Fixa os factores de correcção extraordinária das rendas para vigorar em 2002.

Portaria nº 1261-C/2001 / MES.

In: Diário da República: Série I-B; nº 253. 3º Supl. 31 Out. 2001, p. 6990-(90).

Actualiza para o ano de 2002 os valores, por metro quadrado, do preço de construção para efeito de determinação do valor real do fogo de renda condicionada.

Bibliografia

Para além de toda a legislação mencionada:

COHEN, Ernesto, FRANCO, Rolando (1999), **Avaliação de Projectos Sociais**. 3ª ed., Petrópolis, Editora Vozes.

COUTINHO, Leonor, (1997), Política de Habitação: Evoluir na Estabilidade, **Cadernos de Economia**, Ano X, nº 40, Jul-Set. Lisboa.

HARSMAN, Bjorn, QUIGLEY, John M. (1991), Housing Markets and Housing Institutions in a Comparative Context. In **Housing Markets and Housing Institutions: an International Comparison, (1-29)**. Edited by Bjorn Harsman and John M. Quigley. Kluwer Academic Publishers. U.S.A.

NESSLEIN, Thomas S. (1983), Alternative Decision – Making Models for Housing: The Question of Efficiency. **KYKLOS**, vol. 36, Fasc. 4, pp. 604-633.

PRIEMUS, Hugo, DIELEMAN, Frans (1999), Social Housing Finance in the European Union: Developments and Prospects. **Urban Studies**, vol.36, nº 4, pp. 623-632.



saber publicar saber